



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO **INTERNACIONAL Nº 003/2026**

COMPRASGOV Nº 90003/2026 - UASG: 925794

ID CIDADES: 2026.500E2300002.08.0002

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio do **POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO**, doravante denominado **PMES**, com sede na **Av. Maruípe, 2111 - São Cristovão, CEP: 29.048-463 – Vitória - ES**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO INTERNACIONAL**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS DE ARMAMENTO DE PORTE DE USO RESTRITO DA PMES: (I) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, "FULL-SIZED"; (II) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, COMPACTA; (III) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, SUBCOMPACTA**, conforme processo E-Docs nº **2025-BJG34**, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para o fornecimento de **ARMAMENTO DE PORTE DE USO RESTRITO DA PMES: (I) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, "FULL-SIZED"; (II) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, COMPACTA; (III) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, SUBCOMPACTA**, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

1.3 - O orçamento estimado da presente contratação possui **caráter sigiloso**, conforme Anexo I – Termo de Referência.

1.4 - Data da sessão pública: **13 de março de 2026; às 10:00 horas.**

1.5 - O modo de disputa será o **fechado e aberto**.

1.6 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por item.

1.7 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da **PMES** a cargo da conta da atividade **1780**, Elemento de Despesa no **4.4.90.52** do orçamento da **PMES** para o exercício de **2026**.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



2 - DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Esta licitação adota o Sistema de Registro de Preços, e as regras pertinentes constam deste Edital e do Anexo que trata da minuta de Ata de Registro de Preços (ARP). No Anexo I deste Edital constam as informações sobre órgãos participantes, quantitativos e sobre a possibilidade ou não de adesão.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte ou para os beneficiários congêneres, em razão da vedação prevista no art. 4º, § 1º, I, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

3.6 - Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.3 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



3.6.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.6.8 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

3.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



3.10 - Poderão participar empresas estrangeiras com representantes legais constituídos no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativamente e judicialmente por seus atos.

3.11 - Os poderes para representar a empresa estrangeira devem vigorar desde a sua participação na licitação até o encerramento definitivo do vínculo com a Administração, caso contratada.

3.12 - Os documentos exigidos para participação do certame, inclusive os de habilitação, que estiverem em língua estrangeira, serão aceitos em tradução livre durante a fase de julgamento das propostas e habilitação.

3.13 - As empresas estrangeiras que não puderem apresentar, para participação no certame, a documentação exigida neste Edital e no Termo de Referência, por inexistência de instrumento equivalente ou por força de legislação específica de país de origem do licitante, tanto quanto possível, deverão atender as exigências com a apresentação de documentos equivalentes, em tradução livre.

3.14 - Para fins de assinatura do contrato ou Ata de Registro de Preços, todo e qualquer documento exigido, inclusive os de habilitação, e que for apresentado em idioma estrangeiro, deverá apostilado, nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas e em todos os casos traduzido para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado no Brasil.

3.15 - Documentos estrangeiros provenientes de países que tenham língua oficial portuguesa dispensam tradução juramentada. A dispensa de tradução juramentada estende-se aos documentos de habilitação.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.

4.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.5 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

4.6 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



4.9.3 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.

5.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, **inclusive aqueles decorrentes de todos os atos necessários para o importação e desembarço aduaneiro, compreendendo emissão de carta de crédito, as taxas, tarifas e impostos referentes a: licença de importação, de desembarço aduaneiro, de descarregamento do veículo transportador, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de-obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, inclusive indicando a adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque.**

5.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 O licitante nacional ou estrangeiro poderá apresentar sua proposta em Real, Euro ou Dólar Americano, contudo, para cadastramento no sistema Compras.gov.br, é necessário informar o valor em Real.

5.9.1 O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado será efetuado em moeda corrente nacional (Real).

5.10 No cadastramento da proposta e fase de lances no sistema eletrônico Compras.gov.br, os valores propostos em moeda estrangeira (Euro ou Dólar Americano) deverão ser convertidos em moeda Brasileira (Real - R\$) à taxa de câmbio PTAX de venda no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
(<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>).

5.11 As propostas de preço (**Anexo I-C e Anexo I-D do Termo de Referência**), apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão estar equalizadas, isto é, estar acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

5.12 Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei nº 14.133 /21, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), PIS e COFINS.

5.13 Para licitantes estrangeiros ou brasileiros que ofertarem equipamentos importados, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme valor de **"K" do Anexo I-D do Termo de Referência**.

5.14 Para licitantes estabelecidos no Brasil que ofertarem equipamentos nacionais, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário, conforme **valor de "H" do Anexo I-C do Termo de Referência**.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.15 Qualquer tributo, custo ou despesa, direto ou indireto, relacionado com o fornecimento do objeto da presente licitação, omitido ou incorretamente cotado na proposta será considerado como incluso no preço, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento.

5.16 O Termo Internacional de Comércio - INCOTERM a ser adotado será o DDP - Delivered Duty Paid (Entregue com os impostos pagos, até o local determinado).

5.17 - As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com os modelos disponíveis nos anexos do Termo de Referência, **bem como deverão conter especificações técnicas, manual (as versões originais para o ano corrente ou a última versão), catálogo original do ano corrente, além dos demais documentos exigidos nos subitens 7.10 e 4.15 do Anexo I (Termo de Referência) e nos itens 3.2 e 3.3 do Anexo I-A.**

5.18 Os licitantes, nacionais ou estrangeiros, assumem integralmente o risco cambial decorrente da moeda escolhida para apresentação da proposta, sendo o valor final aplicável ao contrato aquele resultante da conversão pela taxa de câmbio definida no instrumento convocatório, sem possibilidade de recomposição posterior por variação cambial.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 30,00 (trinta reais).

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.10.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.10.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



6.18.1 Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

6.18.2 Esgotados os critérios de desempate previsto em lei, o desempate poderá ocorrer por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

6.19.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20 A teor do § 1º do Art. 52 da Lei 14133/21 será facultado ao licitante nacional encaminhar sua proposta final, caso vencedora, em moeda estrangeira. **Os licitantes, tanto nacionais quanto estrangeiros, assumem o risco cambial envolvido na opção de moeda expressa na proposta final que é vinculante em relação à formalização contratual e pagamento da obrigação.**

6.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

7.4 Será também desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 conter vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 O licitante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6 Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no **Anexo I - A deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema. O Licitante vencedor deverá providenciá-los no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da solicitação do Pregoeiro.

8.3 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

8.4 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

8.9 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.10 Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

8.11 Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

8.12 Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

10.2 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.2.1 Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

10.2.2 Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

10.2.3 No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

10.3 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

10.4 Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



10.5 Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Após a homologação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja tempestiva e devidamente justificada e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.5 Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o caput deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.8.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.8.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



11.9 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.9.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.9.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.10 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.10.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.10.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 51 e 52 do Decreto 5354-R/2023.

11.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.11.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.11.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

12.2 Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

12.3 O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

12.3.1 multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

12.3.2 impedimento de licitar e contratar; e

12.3.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



12.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

12.6 As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail licitacoes.cpl@pm.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.4 Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.7 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). Além disso, o acompanhamento do processo nº **2025-BJG34** poderá ser feito através do credenciamento no E-docs: <https://acessocidadao.es.gov.br/>.

14.11 Além das publicações de exigência legal, a licitação também será publicada para divulgação no exterior, através do site <http://www.dgmarket.com>, portal de licitações internacionais que englobam mais de 170 países e Instituições como o Banco Mundial.

14.12 Visando aumentar a publicidade do edital, ainda, serão enviados emails para o Serviço de Promoção Comercial (SECOMs) que o Ministério das Relações Exteriores possui nos consulados e embaixadas ([https://www.gov.br/empresas-e-](https://www.gov.br/empresas-e)

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



negocios/ptbr/invest-export-brasil/exportar/busque-apoio/ministerio-das-relacoes-exterioresmre/setores-de-promocao-comercialsecoms-privado).

14.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência**
- Anexo I - A– Requisitos de Habilitação**
- Anexo I – B – Especificações Técnicas**
- Anexo I – C – Modelo de Proposta para Material Nacional ou Nacionalizado**
- Anexo I – D – Modelo de Proposta para Equipamento Importado**
- Anexo I – E – Modelo de Declaração de Inexistência de Documento Equivalente**
- Anexo I-F: Esquema e Situações de Queda**
- Anexo I-G: Atribuições da Comissão de Testes**
- Anexo I-H: Atribuições da Comissão de Recebimento Provisório (CGP)**
- Anexo I-I: Plano de Ensaio de Recebimento (PER)**
- Anexo II - Dados Complementares para Assinatura do Instrumento Contratual**
- Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços**
- Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato**

Vitória - ES, 20 de fevereiro de 2026.

PAULO SERGIO ROCHA GOMES - CAP QOCPM
Agente de Contratação da PMES

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 2025-BJG34 – Licitação Internacional - Aquisição de armamento de porte de uso restrito da PMES: (i) Pistola, cal. 9x19 mm, "Full-sized"; (ii) Pistola, cal. 9x19 mm, Compacta; (iii) Pistola, cal. 9x19 mm, Subcompacta.

IDENTIFICAÇÃO			
Un. Gestora:	Polícia Militar do Espírito Santo (PMES)		
Un. Adm. Envolvidas:	Divisão de Material Bélico (DLog/3)		
Responsáveis:	Maj QOC PM Vinicius Muzi Rios, NF 2757940, CPF n.º 116.617.067-54; 2º Sgt QPMP-C Héber Porto Valverde, NF 2912643, CPF n.º 099.217.757-07.		
Data de Elaboração:	05.02.2026	Versão:	05

1 - DO OBJETO

1.1 - Aquisição nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

DESCRIÇÃO						ÓRGÃO GERENCIADOR		ÓRGÃOS PARTICIPANTES				TOTAL
NCM ¹	SIAD S	CATMAT ²	GRUPO	ITEM	TIPO	QTDE MÍNIMA	PMES	PCES	PCIES	PPES	SESP	
9302.00.00	0287175	99830	1	1	Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Padrão.	500	6.000	1.000	0	1.500	7.300	15.800
9302.00.00	0287174	99830		2	Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Compacta.	250	2.000	0	100	2.000	2.500	6.600
9302.00.00	0287176	99830		3	Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Subcompacta.	250	2.000	1.000	100	1.000	2.750	6.850

¹ As Pistolas, classificadas com a NCM 9302.00.00, estão listadas na Categoria I, Armas de Fogo (inferiores à .50" ou 12 GA ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios, da Lista de Produtos de Defesa (Liprode), que é aprovada pela Portaria SEPROD/SG-MD Nº 4023 DE 01/12/2020.

² CATMAT (Catálogo de Materiais) é um sistema informatizado, parte do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), que serve para catalogar e codificar todos os materiais utilizados pela Administração Pública Federal. É uma base de dados padronizada que ajuda a identificar, classificar e descrever os materiais que podem ser licitados e adquiridos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



1.2 - Os itens indicados na tabela supra serão agrupados conforme justificativa do item 8 do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 - Características mínimas:

1.3.1 - As características mínimas dos materiais se encontram definidas no Anexo I-B.

1.3.2 - Na hipótese de divergência entre as especificações técnicas descritas neste Termo e as constantes do sistema SIADES e compras.gov.br, as especificações contidas no anexo supra referenciado prevalecerão.

1.4 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

1.5.1 - O prazo de vigência da contratação, considerado o cronograma de execução desenvolvido, será de 01 ano (12 meses), por intermédio do Sistema de Registro de Preços, conforme rege o art. 6º, XLVI, da Lei n. 14.133/2021, tendo sido definido com base nas seguintes razões:

1.5.1.1 - devido a característica do objeto, visando assegurar a permanência das atividades e funcionalidade dos serviços prestados pela Polícia Militar, uma vez que a não realização da aquisição pode comprometer a prestação do serviço público essencial de Segurança Pública, missão institucional da PMES.

1.5.2 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.5.2.1 - O prazo de vigência do contrato decorrente da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.

1.5.3 - A empresa vencedora deverá fornecer o material pelo preço registrado dentro do período de 1 (um) ano (exceções de alteração de preço serão analisados conforme a lei), com reajuste anual possível, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).”

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



1.6 - Da prorrogação da Ata de Registro de Preços³

1.6.1 - Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de armamento portátil, com cadeia logística complexa, elevado valor unitário e necessidade de reposição e expansão gradual do parque bélico ao longo do tempo, revela-se conveniente e oportuna a possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços, com renovação integral dos quantitativos inicialmente registrados, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 32 do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023. Tal medida permite aproveitar as condições vantajosas obtidas no certame, reduzindo custos e prazos decorrentes da realização de novas licitações, assegurando previsibilidade para o planejamento orçamentário dos órgãos participantes e garantindo a continuidade da política de fortalecimento da capacidade operacional das forças de segurança, sem prejuízo do controle de demanda, uma vez vedada a acumulação de saldos não utilizados de períodos anteriores:

1.6.1.1 - Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), as quantidades inicialmente registradas serão integralmente renovadas, independentemente do quantitativo efetivamente utilizado durante o período de vigência anterior, sendo vedada a acumulação de saldos não utilizados.

1.6.1.2 - Admite-se a prorrogação antecipada da ARP quando houver o esgotamento do quantitativo de, ao menos, um de seus itens, hipótese em que a prorrogação de um item implicará, necessariamente, a prorrogação dos demais na mesma data, independentemente do quantitativo remanescente de cada item.

1.6.1.3 - Na hipótese de prorrogação antecipada de que trata o subitem 1.6.1.1, o novo prazo de vigência da ARP será de 01 (um) ano.

1.7 - Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)

1.7.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante

³ O Decreto n.º 5354-R, 28.03.2023, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, definiu a forma da intenção de registro de preço.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 1.7.1.1 - identificação da ARP de interesse;
- 1.7.1.2 - indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 1.7.1.3 - endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 1.7.1.4 - dados de contato do requerente;
- 1.7.1.5 - assinatura e identificação do subscritor; e
- 1.7.1.6 - outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

1.7.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

1.7.3 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

1.7.4 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

1.7.5 - Limites para as adesões

1.7.5.1 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

1.7.5.2 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

1.8 INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO (IRP)⁴

⁴ O Decreto n.º 5354-R, 28.03.2023, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, definiu a forma da intenção de registro de preço.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



1.8.1 Em razão da natureza dos objetos, isto é, do regulamento infralegal que estabelece normas para aquisição de Produtos Controlados pelo Exército – PCE, e em conformidade com sua capacidade de gerenciamento, a consulta de manifestação de interesse de participação em registro de preço, que é feita por meio do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), será restrita aos seguintes Órgãos:

ORDEM	SIGLA	ÓRGÃO
1	CBMES	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
2	PCES	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
3	SCM	SECRETARIA DA CASA MILITAR
4	SESP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
5	PPES	POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
6	IASES	INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO
7	PCIES	POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

1.8.2 Os órgãos que pretendem participar da IRP têm 8 (oito) dias úteis para enviarem resposta ao convite.

1.8.3 O convite de que trata o subitem 1.8.2 deverá estar acompanhado dos seguintes documentos e instruções:

1.8.3.1 Estudo Técnico Preliminar; e

1.8.3.2 Termo de Referência.

1.8.4 Caberá ao órgão participante a prática dos atos a seguir:

I - validar se o estudo técnico preliminar, encaminhado nos termos do subitem 1.8.3.1 atende a sua demanda;

II - caso o estudo técnico preliminar não seja compatível com suas necessidades, solicitar, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento do convite, as alterações necessárias para sua participação; e

III - manifestar o interesse em participar, caso exista compatibilidade com o objeto a ser contratado, no prazo estipulado no subitem 1.8.2, informando:

a) a estimativa de consumo máxima para contratação dos itens de seu interesse;

b) o local de entrega ou execução;

c) a concordância com os itens de seu interesse a serem contratados e condições já estipuladas pela PMES

1.8.5 Os atos previstos no subitem 1.8.4 deverão ser formalizados e aprovados pela autoridade competente do órgão participante.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



1.8.6 Após decorrido o prazo para os órgãos manifestarem o interesse em participar da Ata de Registro de Preço (ARP), caberá à PMES:

I - aceitar ou recusar, justificadamente, as alterações solicitadas pelos órgãos participantes, no prazo de até 03 (três) dias úteis;

II - deliberar quanto à reabertura de prazo para inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP; e

III - consolidar as informações relativas à estimativa individual e total de consumo dos órgãos participantes, após encerrado o prazo de resposta ao convite da IRP.

1.8.7 Caso haja alteração das condições iniciais estabelecidas durante a fase interna da contratação, a PMES deverá confirmar novamente junto aos órgãos participantes a sua concordância com os itens de seu interesse a serem contratados, inclusive quanto às estimativas de consumo e demais informações prestadas anteriormente.

1.8.8 Nos termos do inciso VIII do art. 82 da Lei Federal 14.133, de 2021, é vedada a participação do órgão em mais de uma ARP com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tenha participado.

1.8.9 Para efeitos do disposto no subitem 1.8.8, o órgão não poderá participar de IRP para o mesmo objeto contemplado em ARP vigente da qual seja partícipe e na qual possua saldo para contratação, ou em IRP diversa para a qual já tenha informado seu quantitativo.

1.8.10 Excetuam-se da restrição de que trata o subitem 1.8.8 e o 1.8.9 os casos em que a vigência da ARP esteja próxima de seu término e/ou em que o saldo disponível não seja suficiente para atendimento da demanda do órgão, justificadamente.

1.8.11 Compete exclusivamente ao órgão participante realizar o controle necessário para cumprimento do disposto nos termos acima.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



3.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da Sustentabilidade

4.1 Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Da Subcontratação

4.2 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da garantia de execução

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que tal garantia é discricionária e possui cabimento somente diante de objetos de comprovada complexidade e com riscos reais de inexecução.

Dos dados complementares à proposta

4.4 **A proposta comercial, a ser enviada pelo licitante na forma do subitem 6.21.4 do Edital, deverá conter especificações técnicas, manual (as versões originais para o ano corrente ou a última versão), catálogo original do ano corrente, além dos demais documentos exigidos nos subitens 7.10⁵ e 4.15⁶ do Anexo I (Termo de Referência) e nos itens 3.2 e 3.3 do Anexo I-A.**

4.4.1 **Na ausência da versão em língua portuguesa, será aceita a apresentação da versão em inglês.**

Da Exigência de amostras

4.5 - Havendo o aceite da proposta, na fase de julgamento, quanto ao valor e demais documentos complementares, o interessado classificado provisoriamente em primeiro

⁵ Laudos técnicos solicitados, de acordo com as especificações previstas no Anexo I-A e no Anexo I-B, juntamente com a proposta comercial, para efeito de avaliação da qualidade do produto e da conformidade às especificações técnicas

⁶ Será realizada avaliação técnica da proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar a fim de determinar se os certificados apresentados conferem ao produto ofertado a capacidade de satisfazer os requisitos conforme descrito em edital. A proposta que não possuir os certificados exigidos em edital será desclassificada. Caso atenda as certificações exigidas, passarão a ser avaliados os testes, atestados, laudos e certificações que estão descritos nos Anexos I-A, I-B e demais previsões editalícias e anexos técnicos aplicáveis.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



lugar, em razão da complexidade do objeto, deverá apresentar amostras para realização de testes, que terão data, local e horário informados pelo licitante⁷ por mensagem no sistema eletrônico, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos em relação à data marcada para o início dos testes, facultada a presença de todos dos demais fornecedores participantes do certame. A apresentação das amostras deverá ocorrer na sede da fabricante ou em laboratório contratado pela licitante, desde que esta possua condições para execução de todos os testes previstos no instrumento convocatório:

4.5.1 A exigência de testes de amostras durante o processo licitatório para aquisição dos objetos deste Termo de Referência se justifica pela natureza técnica, operacional e estratégica do armamento empregado pela Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). O uso de armamento profissional e militar em operações policiais exige padrões elevados de qualidade, segurança e durabilidade, uma vez que falhas podem comprometer não apenas a eficiência das ações, mas também a integridade física dos policiais e da sociedade.

4.5.2 É imprescindível que as armas adquiridas apresentem compatibilidade com os requisitos operacionais e atendam aos critérios de resistência ao desgaste, confiabilidade mecânica e ergonomia. Nesse sentido, a avaliação de amostras permite verificar, sob condições controladas e representativas do emprego real, características como:

4.5.2.1 Desempenho balístico e precisão, fundamentais para evitar danos colaterais e garantir a eficácia na neutralização de ameaças.

4.5.2.2 Robustez e resistência ao desgaste, assegurando que o armamento possa suportar o uso contínuo sem falhas prematuras ou perda de funcionalidade.

4.5.2.3 Ergonomia e adequação operacional, considerando o manuseio seguro e eficaz pelos policiais em situações de alto estresse.

4.5.2.4 Além disso, a análise de amostras garante que os equipamentos ofertados estejam em conformidade com as especificações técnicas previstas no edital,

⁷ A licitante vencedora provisória apresentará proposta de agenda e a Comissão de Testes, definida no Anexo I-G, confirmará formalmente a data/local/horário, por meio do e-mail dlog3.dlog@pm.es.gov.br.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



minimizando os riscos de aquisição do armamento que possa apresentar defeitos de fabricação ou desempenho abaixo do esperado.

4.5.3 Acrescente-se que a prática de exigência de testes em amostras é amplamente adotada em licitações de bens de alta criticidade, sendo amparada pelo princípio da eficiência e da economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, sua aplicação permite uma avaliação técnica e objetiva que assegura a aquisição de equipamentos de excelência, contribuindo de maneira direta para o exercício ao direito fundamental de segurança pública e a preservação da vida.

4.5.4 Por fim, a análise de amostras diminui significativamente a possibilidade de aquisição de itens de menor qualidade, prevenindo que experiências negativas ocorridas em aquisições anteriores de submetralhadoras se repitam. Em situações anteriores ocorridas no passado, equipamentos que não foram submetidos a testes práticos apresentaram falhas mecânicas, desgaste precoce e desempenho insuficiente, impactando diretamente a segurança dos policiais e a eficácia das operações. A verificação técnica por meio de amostras é, portanto, um meio essencial para assegurar que as armas contratadas cumpram integralmente os padrões exigidos pela PMES.

4.5.5 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Das análise das amostras

4.6 Em virtude da natureza de uso restrito do produto controlado e, por conseguinte, das exigências de tráfego impostas pelo Exército Brasileiro, e com o propósito de imprimir celeridade e eficiência na testagem das amostras, é obrigação do licitante provisoriamente vencedor, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da ciência de sua classificação provisória em primeiro lugar, isto é, após aprovação da proposta e documentos complementares, pelo setor técnico, informar, por meio de mensagem no sistema, a data, o horário e o local propostos para a realização dos testes em sua sede



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ou local indicado, bem como providenciar a logística necessária à realização das avaliações e suporte/custeio do deslocamento da Comissão de Testes⁸:

4.6.1 Considerando a sessão pública nos casos de testes realizados na sede da fabricante, a empresa provisoriamente classificada deverá atentar para informações e manifestações por ela originadas, dentro do prazo regulamentar, sob pena de desclassificação no certame, uma vez que a Administração Pública confere publicidade aos atos, haja vista a faculdade da presença de outros representantes nesta fase.

4.6.2 Em até 10 (dez) dias corridos o licitante deverá encaminhar pelo chat ou por mensagem para o endereço eletrônico dlog3.dlog@pm.es.gov.br os documentos relacionados no subitem 3.2 e 3.3 do Anexo I-A.

4.6.3 Todos os custos e ônus para a realização dos testes serão de inteira responsabilidade da licitante;

4.6.4 As despesas de deslocamento, desembaraço para permanência temporária dos militares designados para comissão, transporte, estada e provimento serão custeadas pelo licitante;

4.6.5 A Comissão de Testes será designada e obrigatoriamente composta por 4 (quatro) militares estaduais⁹, oriundos da equipe de planejamento e do setor requisitante, ou seja, da DLOG/3, com competência exclusiva para a validação dos resultados dos Testes de Amostra.

4.6.5.1 Presidente: Chefe da DLOG/3;

4.6.5.2 Secretário: Equipe Técnica da DLOG/3;

4.6.5.3 Membro: Oficina de Armas/Equipe Técnica da DLOG/3;

4.6.5.4 Membro: Oficina de Armas/Oficina de Armas da DLOG/3.

4.6.6 É facultada a prorrogação dos prazos estabelecidos acima, a partir de solicitação fundamentada, antes do fim do prazo.

4.6.7 A fabricante deverá possuir condições técnicas e logísticas para a execução de todos os testes previstos, incluindo os seguintes equipamentos: paquímetro, mesa de

⁸ A designação e a composição da Comissão encontram-se previstas no subitem 7.9.

⁹ A delegação poderá ser integrada pela Comissão de Testes e pelo Agente de Contratação, na hipótese de ser exercido o disposto no subitem 6.2.3 do Anexo I-G.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



desempeno, traçador de altura, bloco prismático, balança digital, dispositivo para o ensaio de queda, dinamômetro, cronógrafo, trena, câmara termográfica ou termômetro a laser e estativa tipo tipo *Ransom Rest®* (*Ransom International Corporation*) ou equipamento de estabilização equivalente ou superior, capaz de garantir a repetibilidade do teste de precisão;

4.7 Os testes serão realizados em sessão pública, em que será facultado aos representantes de cada licitante participante do certame, o acompanhamento de todos os testes, sendo ônus de despesas pessoais, exclusivos dos interessados;

4.8 A escolha anunciada pela empresa para realização dos testes (sede da fabricante ou laboratório) não irá alterar o rito e as definições previstas neste Termo de Referência, seja cronogramas, procedimentos ou normas;

4.8.1 Caso a fabricante disponha de laboratório próprio localizado em endereço diverso de sua sede, tal instalação também poderá ser indicada para a realização dos testes, desde que atendidas integralmente as condições e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.9 Considerando o caráter público da sessão, nos casos de testes realizados na sede da fabricante, a empresa provisoriamente classificada deverá atentar para as informações e manifestações por ela originadas, dentro do prazo regulamentar, sob pena de desclassificação do certame, uma vez que a Administração Pública confere publicidade aos atos, haja vista a faculdade da presença de outros representantes nesta fase;

4.10 Todos os custos e ônus para a realização dos testes serão de inteira responsabilidade da licitante, além de fornecer as munições nas quantidades e nos padrões estipulados neste termo de referência, equipamentos, armamentos, acessórios e recursos humanos para auxílio na execução dos testes;

4.11 O direito de interpor e exercitar o contraditório e a ampla defesa frente ao laudo ou parecer que concluir pela desconformidade da amostra ao objeto da licitação será assegurado, devendo ser realizado no momento da fase recursal, conforme previsto em instrumento convocatório;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



4.12 Poderão ser agregados à análise, para efeito de orientação técnica, classificação ou desclassificação, indicadores da experiência anterior no uso do produto pelo ÓRGÃO/ENTIDADE, bem como informações junto a outros órgãos públicos ou privados que já tenham usado e/ou analisado o produto, além da análise de prospecto ou catálogo de material;

4.13 O resultado conclusivo dos pareceres da área técnica serão divulgados a todos os licitantes via “chat” na Seção de Pregão;

4.14 Os Pareceres da área técnica, contendo o resultado da avaliação técnica das amostras, serão divulgados a todos os licitantes no chat do pregão, bem como no quadro de avisos do Portal de Compras.

Dos testes realizados nas amostras

4.15 Inicialmente será realizada avaliação técnica da proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar a fim de determinar se os certificados apresentados conferem ao produto ofertado a capacidade de satisfazer os requisitos conforme descrito em edital. A proposta que não possuir os certificados exigidos em edital será desclassificada. Caso atenda as certificações exigidas, passarão a ser avaliados os testes, atestados, laudos e certificações que estão descritos nos Anexos I-A, I-B e I-C, além daquilo que se prevê no subitem 4.6.2.

4.16 Os testes a serem realizados pela fabricante e acompanhados exclusivamente pela Comissão de Testes, nos termos do Anexo I-G, estão pormenorizados abaixo.

4.17 - O laboratório deverá possuir condições técnicas e logísticas para a execução de todos os testes previstos, incluindo os seguintes equipamentos: paquímetro, mesa de desempenho, traçador de altura, bloco prismático, balança digital, dispositivo para o ensaio de queda, dinamômetro, cronógrafo, trena, câmera termográfica ou termômetro a laser e estativa tipo - *Ransom Rest® (Ransom International Corporation)* ou equipamento de estabilização equivalente ou superior, capaz de garantir a repetibilidade do teste de precisão;

4.17.1 As munições utilizadas para todos os testes de cada lote poderão ser nacionais (CBC) ou importadas, dentro do calibre especificado, 124 gr, *hollow point*, com velocidade mínima de 350 m/s, para o calibre 9x19 mm, que atendam à norma SAAMI

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



(*Sporng Arms and Ammunition manufacturer's Institute*) Z 299.3-2015 ou homologadas de acordo com a C.I.P (*Commission internaonale permanente pour l'épreuve des armes à feu portaves*) - HOMOLOGATION Lista de TDCC - Tab IV - cartuchos para pistolas e revólveres, no que se refere aos aspectos de dimensões, pressão e velocidade para pistolas de fogo central;

4.17.2 Os testes serão realizados em sessão pública, em que será facultado aos representantes de cada licitante participante do certame o acompanhamento de todos os testes, sendo ônus de despesas pessoais, exclusivos dos interessados;

4.17.3 Todos os custos e ônus para a realização dos testes serão de inteira responsabilidade da licitante, além de fornecer as munições nas quantidades e nos padrões estipulados neste termo de referência, equipamentos, armamentos, acessórios e recursos humanos para auxílio na execução dos testes;

4.17.4 São condições gerais para os Testes:

4.17.4.1 As munições utilizadas para todos os testes de cada lote poderão ser nacionais (CBC) ou importadas, dentro do calibre especificado, 124 gr, *hollow point*, com velocidade mínima de 350 m/s, para o calibre 9x19 mm, que atendam à norma SAAMI (*Sporng Arms and Ammunition manufacturer's Institute*) Z 299.3-2015 ou homologadas de acordo com a C.I.P (*Commission internaonale permanente pour l'épreuve des armes à feu portaves*) - HOMOLOGATION Lista de TDCC - Tab IV - cartuchos para pistolas e revólveres, no que se refere aos aspectos de dimensões, pressão e velocidade para pistolas de fogo central;

4.17.4.2 Quantidade: 22.000 (vinte e duas mil) munições para a realização de todos os testes de cada lote.

4.17.4.3 A Comissão de Testes da Divisão de Material Bélico conduzirá os testes previstos nesta especificação e poderão receber instrução prévia do fabricante que entregou a amostra, bem como será franqueada a presença de engenheiros, técnicos e representantes dos demais fabricantes participantes do certame, mediante autorização e devidamente controlado pela Comissão e Testes, desde que não haja comprometimento ou exposição ao risco.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



4.17.4.4 A condução dos testes será exclusiva da Comissão de Testes da Divisão de Material Bélico.

4.17.5 Serão avaliados os seguintes critérios objetivos e/ou realizados os seguintes testes:

4.17.5.1 Massa:

4.17.5.1.1 Sem e com o carregador.

4.17.5.2 Dimensões:

4.17.5.2.1 comprimento total paralelo ao eixo do cano;

4.17.5.2.2 altura total com e sem carregador em sentido vertical ao eixo do cano;

4.17.5.2.3 larguras total;

4.17.5.2.4 comprimento total do cano;

4.17.5.3 capacidades do (s) carregador (es).

4.17.5.4 Sistema de pontaria:

4.17.5.4.1 massa e alça de mira, quanto às características;

4.17.5.5 Metrologia:

4.17.5.5.1 desmontagem completa até o último escalão determinado pelo fabricante e medição das principais peças.

4.17.5.6 Do teste de intercambialidade

4.17.5.6.1 deverá ser efetuado por um armeiro a desmontagem de 03 (três) pistolas, até o último escalão determinado pelo fabricante, de forma que fiquem completamente desmontadas e, em ato contínuo, as peças serão colocadas em uma mesma caixa e misturadas;

4.17.5.6.2 de forma aleatória e sem que haja escolha de peças, um armeiro realizará a montagem das armas;

4.17.5.6.3 ao término da montagem todas as armas deverão realizar, ao menos, 50 (cinquenta) disparos;

4.17.5.6.4 o objetivo do teste será verificar a constância nas medidas das peças e a possibilidade de utilização das peças entre diversas pistolas para a realização de manutenção sem a necessidade de realizar ajuste individual de peça por arma;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



4.17.5.6.5 a impossibilidade de 100% (cem por cento) de intercambialidade ensejará a reprovação da arma para utilização da PMES;

4.17.5.6.6 deverá ser verificado se existe a possibilidade de montagem equivocada de peças e se isto afeta a função e/ou a segurança. Nessa situação deve ser oferecida à fabricante possibilidade única para eliminar o vício imediatamente, caso isso não seja possível, a pistola deve ser reprovada para uso na PMES.

4.17.5.7 Do teste de precisão

4.17.5.7.1 Dentre as 03 (três) pistolas da amostra, será selecionada 01 (uma) para a realização de testes de precisão;

4.17.5.7.2 A pistola será fixada a um suporte no padrão tipo *Ransom Rest* (*Ransom International Corporation*) ou equipamento de estabilização equivalente ou superior, capaz de garantir a repetibilidade do teste de precisão, fornecido pelo fabricante, e será alimentada com 01 (um) carregador com 10 (dez) cartuchos;

4.17.5.7.3 Será facultado ao licitante a calibração do suporte e armamento com, no “MÁXIMO” 10 (dez) cartuchos, uma única vez, antes de iniciado os disparos avaliativos;

4.17.5.7.4 O alvo, afixado em papelão ou compensado, será o padrão da PMES ou alvo de precisão, e a aferição da pontaria será realizada por um dispositivo de mira eletro-óptico na parte central do alvo;

4.17.5.7.5 A pistola efetuará 10 (dez) disparos no alvo posicionado a, no mínimo, 25 (vinte e cinco) metros de distância;

4.17.5.7.6 O resultado desejado é um agrupamento de 10 (dez) acertos em uma circunferência de 160 (cento e sessenta) milímetros de diâmetro;

4.17.5.7.7 A calibração do suporte, armamento e a execução dos disparos avaliativos, serão de responsabilidade do licitante, ficando a Comissão de Testes responsável pela auditoria e coleta de dados;

4.17.5.8 O teste deverá observar que:

4.17.5.8.1 Realizar-se-á 10 (dez) disparos;

4.17.5.8.2 Considerar-se-á aprovado o ensaio se, no mínimo, 9 (nove) disparos permanecerem dentro do círculo definido nas especificações técnicas;

4.17.5.8.3 Admitir-se-á a ocorrência de até 1 (um) disparo fora desse agrupamento.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



4.17.5.8.4 Será reprovada arma que:

I. For observada a ocorrência de oscilação pendular do projétil:

- a) Entende-se como oscilação pendular do projétil, a entrada do projétil no alvo de forma diversa da posição frontal, sem estabilidade de voo; ou
- b) com o não alinhamento do cano com a guia do armamento.

II. Apresentar incidência de falha impeditiva;

III. Apresentar incidência de falha não impeditiva, maior do que 02 (duas) ocorrências;

4.17.5.8.5 Não serão computadas como falhas as decorrentes de manuseio e tratamento inadequados e as que surgem em decorrência de falha da munição.

4.17.5.9 Do teste de tiro

4.17.5.9.1 o objetivo do teste de tiro é verificar a segurança funcional em geral e o ciclo de vida exigido das peças da pistola assim como o comportamento geral da pistola durante os tiros com a munição padrão em uso no serviço operacional da PMES;

4.17.5.9.2 para a realização deste teste será utilizada a mesma amostra do teste de precisão. Esta deverá ser limpa e lubrificada conforme orientações contidas no manual do usuário do armamento;

4.17.5.9.3 serão realizados 10.000 (dez mil) disparos com a amostra *full-size*;

4.17.5.9.4 deverá ser disponibilizado pelo fornecedor 120 (cento e vinte) carregadores para a realização dos testes;

4.17.5.9.5 todos os disparos serão realizados na posição de pé, com empunhadura dupla;

4.17.5.9.6 toda a sequência de disparos deverá ser feita em uma cadência de 02 (dois) disparos por segundo, havendo apenas interrupção para a troca de carregadores;

4.17.5.9.7 a cada 1.000 (mil) disparos deverá haver uma parada de 02 (dois) minutos para resfriamento do armamento;

4.17.5.9.8 durante todo o teste de tiro, 10.000 (dez mil) disparos, a pistola poderá ser limpa ou lubrificada;

4.17.5.9.9 ao término dos disparos com a pistola, essa deverá ser desmontada para verificar se houve dano estrutural ou desgaste excessivo em qualquer uma das partes;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



4.17.5.9.10 qualquer desgaste excessivo, dano estrutural, dilatação ou deformação que altere o funcionamento, acarretará a reprovação das pistolas:

4.17.5.9.11 serão consideradas reprovadas as armas que apresentarem:

4.17.5.9.11.1 quaisquer falhas no sistema de segurança;

4.17.5.9.11.2 mais de 2 (duas) ocorrências por milhar de falhas não impeditivas, aferidas conforme a Planilha de Controle de Incidentes, sendo:

Falhas de alimentação;

Falhas de ejeção;

Falhas de extração;

Falhas de percussão;

Desgastes de peças que impeça a continuidade dos testes.

4.17.5.10 Do teste de queda

4.17.5.11 o teste deve comprovar que a pistola possui segurança em caso de sofrer uma queda;

4.17.5.12 o teste de segurança na queda é realizado, em toda a sua abrangência, com 01 (uma) pistola que passou pelo teste de tiro;

4.17.5.13 deverá ser utilizada munição de manejo e estojo provido apenas de espoleta;

4.17.5.14 os carregadores das pistolas serão municiados com cartuchos de manejo na sua capacidade máxima e na câmara será colocado o estojo provido apenas da espoleta de forma que a pistola tenha sua capacidade máxima e massa atingidas;

4.17.5.15 cada uma das situações de impacto representadas nos desenhos contidos no Anexo I-F e seguintes serão realizados a uma altura, mínima, de 02 (dois) metros em piso de concreto liso;

4.17.5.16 As quedas devem ocorrer com as pistolas engatilhadas;

4.17.5.17 O esquema de queda e as situações nas quais podem ocorrer as quedas estão representadas em infográficos do Anexo I-F.

4.17.5.18 Serão consideradas reprovadas as armas que apresentarem:

I. A marcação ou a percussão da espoleta;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- II. Não possuir, ao final dos testes, a capacidade de funcionamento verificado por meio de teste prático, com a execução de 30 (trinta) disparos com o armamento;
 - III. Para efeitos deste teste, não será considerada como falha funcional impeditiva a quebra de componentes, dos quais não comprometam a segurança e funcionamento do armamento;
 - IV. Após cada queda a pistola deve ser descarregada e a espoleta deve ser examinada;
 - V. Entre os testes de queda, a pistola deve ser examinada quanto a danos e a capacidade de tiro. Em caso dúvida, a capacidade de tiro deve ser verificada por meio de teste prático;
 - VI. Os resultados dos testes de queda e avaliação decorrente dos referidos testes devem ser documentados. Também deve ser registrado até que ponto a pistola deve ser avaliada como apta para tiro após os respectivos testes de queda.
- 4.17.5.19 O esquema de queda e as situações nas quais podem ocorrer as quedas estão representadas em infográficos do Anexo I-F.

Curso de Armeiro

- 4.18 Devido à possibilidade de aquisição de armamento importado, diferente do fabricado no Brasil, cuja particularidades demandam conhecimento específico e aprofundado, a contratada deverá prover curso de armeiro relativo ao armamento adquirido;
- 4.19 A primeira turma do curso ocorrerá na sede da empresa contratada – cuja composição será feita pelos integrantes da Comissão descrita no item 7 – e deverá, ao final, emitir certificação aos concludentes;
- 4.20 A partir da segunda turma, o curso será realizado nas dependências da Divisão de Material Bélico ou em unidade indicada pela contratante;
- 4.21 O curso exigido à contratada será destinado exclusivamente a membros da Divisão de Material Bélico e Armeiros lotados nesta divisão;
- 4.22 Para o curso de armeiro, a contratada deverá fornecer todas as ferramentas necessárias para a perfeita desmontagem do armamento, em caráter definitivo e em quantitativo que torne as ferramentas de uso individual. O curso de armeiro deverá

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



possuir carga horária de até de 72 horas/aula, bem como fornecer certificação discriminando quais serviços o armeiro poderá executar.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 - O prazo de entrega dos bens é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir após a emissão, pelo órgão competente do Exército Brasileiro, do Certificado Internacional de Importação – CII, licença de exportação do país de origem ou do Swift da carta de crédito, por meio do sistema SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*), o que ocorrer por último, no local definido no subitem supra que trata dessa exigências, na forma definida no subitem 10.8.

5.1.1 -O fornecedor é responsável pelo desembaraço de importação, pelas taxas e impostos de importação e pela descarga da mercadoria do meio de transporte no destino final.

5.2 - Do prazo constante no item anterior, será descontado:

5.2.1 -O período em que não tiver sido emitida a CII do Exército Brasileiro, bem como as demais etapas protocolares relativas à emissão do certificado;

5.2.2 -O período necessário para emissão das licenças e expedientes pelos órgãos ou agências reguladoras do país de origem correlacionados aos documentos e trâmites necessários para exportação;

5.3 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3.1 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos bens, mediante alegação de caso fortuito ou força maior, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo final da entrega e devidamente fundamentada.

5.4 - Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Diretoria de Logística da Polícia Militar do Espírito Santo, localizada na Avenida Maruípe, nº 2111 – São Cristóvão – Vitória/ES – CEP 29.048-463, mediante agendamento prévio.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.5 - Para o caso dos pedidos realizados pelos partícipes do presente instrumento, os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.6 - Polícia Civil do Espírito Santo (PCES):

5.6.1 -Endereço: Avenida Nossa Senhora da Penha, 2290 - Santa Luiza, CEP: 29045-402 - Vitória / ES, Telefone: (27) 3198-5914.

5.7 - Polícia Penal do Espírito Santo (PPES) - Divisão de Armamento Materiais e Equipamentos (DAME):

5.7.1 -Endereço: Rodovia BR 262, KM 19, Complexo Penitenciário de Viana – Bairro Cabral – Viana – ES, CEP: 29.135-000.

5.8 - Polícia Técnico-Científica do Espírito Santo (PCIES):

5.8.1 -Endereço: Avenida Nossa Sra. da Penha, 2.290 - Santa Luiza, CEP: 29.045-402 - Vitória / ES.

5.9 - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (SESP):

5.9.1 -Endereço: Avenida Maruípe, nº 2111 – São Cristóvão – Vitória/ES – CEP 29.048-463, mediante agendamento prévio, quando se tratar de aquisição que use da dotação de material bélico da PMES, ou Avenida Nossa Senhora da Penha, 2290 - Santa Luiza, CEP: 29045-402 - Vitória / ES, Telefone: (27) 3198-5914, quando se tratar de aquisição que use da dotação de material bélico da PCES ou PCIES, ou quando se tratar de aquisição que use de dotação do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES), na Rua Tenente Mário Francisco de Brito, 100, Enseada do Suá, CEP: 29050-555 - Vitória/ES¹⁰.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.10 - O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será na forma da tabela do subitem infra, ou, se superior, pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

¹⁰ Quando se tratar de aquisição de outros órgão que não estejam previstos no subitem 5.9.1, então a entrega será feita no endereço da sede da SESP ou no local indicado pelo órgão cuja dotação de material bélico junto ao Exército Brasileiro foi utilizada.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.10.1 Nesse sentido, deverá ser fornecida garantia técnica ao material bélico e todas as suas partes (acessórios e peças de reposição), incluindo chip de identificação, conforme quadro abaixo:

Ordem	Item	Período mínimo
1	Pistolas	60 (sessenta) meses
2	Carregadores	60 (sessenta) meses
3	Maleta	12 (doze) meses
4	Chip RFID	120 (cento e vinte) meses
5	Peças de reposição	60 (sessenta) meses
6	Acessórios	60 (sessenta) meses

5.11 - Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.12 - A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.13 - A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.14 - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.15 - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.16 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.17 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.18 - Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.19 - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.20 - O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.21 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.22 - Caso seja necessário ou o fabricante opte pela remessa dos bens até a sede da fábrica, este possuirá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para providenciar toda a documentação necessária junto aos órgãos competentes (nota fiscal avulsa, guia de tráfego ou equivalente) e a retirada do(s) bem(s) na Divisão de Material Bélico, bem como arcar com os custos necessários ao envio e o retorno;

5.23 - Em nenhuma hipótese a PMES postará, por meio dos correios, bens destinados ao fabricante;

5.24 - Os bens destinados ao fabricante deverão ser retirados na sede da Divisão de Material Bélico por funcionários devidamente autorizados pelo fabricante ou por sua assistência técnica autorizada;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.25 - Deverá fornecer o endereço, local, responsável(is) técnico(s) com telefones, celulares de contato e correio eletrônico (e-mail), a fim de permitir o imediato acionamento da assistência técnica;

5.26 - A empresa deverá manter o fornecimento e reposição de todas as peças que compõe o(s) bem(ns), possibilitando o pleno funcionamento destes, pelo período ininterrupto de, no mínimo, 10 (dez) anos após a descontinuidade da fabricação, sendo desconsideradas, para este efeito, mudança na denominação do produto ou pequenas alterações no modelo básico do bem;

5.27 - Deverá ser disponibiliza, impressa e/ou digital, a documentação técnica especializada, no idioma português, abrangendo todos os aspectos técnicos, funcionais e operacionais necessários à completa e correta operação e manutenção do bem;

5.28 - Toda e qualquer constatação realizada pelo fabricante, da necessidade de correção técnica de peças ou mecanismos do armamento, que necessite de ajuste ou substituição, denominada “recall”, deverá a própria empresa emitir notificação contendo indicação das medidas necessárias para a regularização imediata do problema à Polícia Militar do Espírito Santo, a qual se responsabilizará pela emissão de circular às Unidades onde os bens, objeto deste contrato, foram destinados.

Da Embalagem

5.29 - Os materiais deverão ser entregues à Polícia Militar do Espírito Santo em caixas individuais de transporte, feitas em material rígido e de qualidade, com etiqueta adesiva externa em tinta indelével e resistente à abrasão, de fácil e rápida visualização, contendo os dados de destinação (PMES), identificação sequencial numérica do produto, com a data de fabricação e dados do fabricante, permitindo a proteção ao material contra ação de agentes externos que possam causar-lhe danos.

5.30 - Deverá ainda estar contido em cada caixa um manual ou cartão com informações de uso e conservação do material, em língua pátria, no formato de livreto confeccionado com papel de qualidade e resistente.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 - Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.5.1 - Solicitar ao órgão competente a aplicação das sanções previstas em lei, caso a Contratada descumpra o contrato ou não sane os erros cometidos quando for acionada;

6.5.2 - Sugerir o cancelamento do contrato, caso existam vícios de ilegalidade ou não exista mais interesse da Administração Pública;

6.5.3 - Prover a Contratada das informações que solicitar;

6.5.4 - Acompanhar a entrega do objeto, assim como a sua distribuição, verificando se as quantidades atendem à necessidade da Corporação;

6.5.5 - Solicitar, em caso de interesse da Administração Pública, a celebração de aditivo ou a supressão do quantitativo do contrato até o percentual previsto em lei;

6.5.6 - Outras atribuições previstas em lei.

6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

7.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

7.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.2.2 - Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

7.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de **20 (vinte) dias úteis**.

7.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021,

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8 - O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

7.9 - Fica designada, a cada 500 (quinhentas) unidades, de ordens de fornecimentos únicas ou cumulativas, do quantitativo previsto para PMES, na tabela do subitem 1.1 do Termo de referência, que forem contratadas pela PMES, ou, na forma dotação¹¹ legal do Exército Brasileiro, que se define para a PMES, por meio de Órgão Participante – cujo usuário final (*end user*) seja a PMES, a Comissão de Gestão Patrimonial (CGP) da DLOG/3¹², composta por 4 (quatro) militares estaduais, publicada anualmente, procederá com o recebimento provisório e entrega técnica do material¹³, na sede fabril da contratada, conforme §4º do Art. 140 da Lei n.º 14.133, confeccionando-se relatório que avalie os itens .

7.9.1 - Todo recebimento cujo usuário final (*end user*) seja a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), deverá ser feito pela comissão do subitem 7.9 deste Anexo I - Termo de Referência e observando rigorosamente o Anexo I-H e o Anexo I-I.

Dos critérios de aceitação do objeto

¹¹ Portaria - C Ex Nº 394 - Aces Rto, de 24 de julho de 2024, que aprova as normas e tabelas de dotação de Produtos Controlados pelo Exército, de uso restrito, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências

¹² A CGP da DLOG/3 que está vigente para o ano de 2025 foi publicada no BGPM nº 034 de 21.08.2025.

¹³ O Manual de Administração Patrimonial de Bens Móveis, aprovado pela Portaria n.º 1107, de 25.08.2023, publicado no BGPM n.º 036, de 31.08.2023, estabelece no item 2 a competência para a Comissão de Gestão Patrimonial (CGP) realizar o recebimento provisório de materiais adquiridos “cujo processo teve origem na OME” e define no item 5, Recebimento e Aceitação, que “caso a entrega ocorra em local diverso do DMPM, o recebimento poderá ser efetuado pela Comissão de Gestão Patrimonial da OME, na posse de documento hábil para tanto”.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



7.10 - Considerando as particularidades do objeto deste Termo de Referência, de acordo com o Anexo I-A, a empresa arrematante deverá encaminhar os laudos técnicos solicitados, de acordo com as especificações previstas no Anexo I-B e no Anexo I-C, juntamente com a proposta comercial, para efeito de avaliação da qualidade do produto e da conformidade às especificações técnicas.

7.11 - A Comissão Técnica instituída pela PMES com a finalidade de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações constantes deste Termo de Referência avaliará as especificações dos itens conforme as informações enviadas pelo licitante.

7.12 - Havendo qualquer desconformidade em relação às especificações, a Comissão Técnica comunicará ao Pregoeiro, com a finalidade de serem tomadas as providências legais decorrentes, previstas na legislação em vigor.

7.13 - As despesas decorrentes da verificação prévia correrão por conta da empresa contratada.

Nota Fiscal

7.14 - Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.14.1 - o prazo de validade;
- 7.14.2 - a data da emissão;
- 7.14.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.14.4 - o período respectivo de execução do contrato;
- 7.14.5 - o valor a pagar; e
- 7.14.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



7.17 - O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

Do Prazo de Pagamento

7.18 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

7.19 - Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

7.20 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.21 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

7.22 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

7.23 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



Da Forma de Pagamento

7.24 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25 - Havendo importação, o pagamento deverá ser feito por carta de crédito, emitida pela PMES por meio do sistema bancário, conforme as regras em vigor. Todos e quaisquer valores referentes à emissão da carta de crédito, incluindo eventuais prorrogações de prazo, se for o caso, serão de responsabilidade da contratada, devendo tais valores serem previstos e devidamente detalhados junto à proposta comercial apresentada:

7.25.1 - A contratada deverá, no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação formal expedida pela Administração por meio de correio eletrônico (e-mail), manifestar-se expressamente, pelo mesmo canal, acerca da escolha do prazo e da respectiva taxa aplicável para a emissão da Carta de Crédito necessária à importação do objeto contratado.

7.25.2 - Decorrido o referido prazo sem manifestação da contratada, será considerado, para todos os fins, que esta optou pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (ou o menor prazo ofertado pelo banco), aplicando-se a taxa correspondente ao período estabelecido pelo Banco do Brasil ou pela instituição financeira responsável pela emissão da Carta de Crédito.

7.26 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2 - A justificativa para adoção do referido critério ocorreu tendo em vista ser obrigatoriamente adotado na modalidade pregão.

Da forma de fornecimento

8.3 - O fornecimento do objeto será integral ou parcelado.

8.4 - A justificativa para adoção da referida forma se encontra na necessidade de possuir a solução em estoque para uso imediato em treinamentos e no serviço operacional, bem como em razão da capacidade de estoque.

Das exigências de habilitação

8.5 - Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Anexo I-A deste Termo de Referência.

8.6 - JUSTIFICATIVA DOS REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.7 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a empresa possui condição técnica suficiente para executar e se responsabilizar pelo objeto a ser contratado.

8.8 - Comprovação de aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do contrato que será firmado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, conforme se infere da Análise Crítica de Preços.

9.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.3 - Conforme rege o art. 8º do Decreto Estadual n.º 5354-R/2023, no inciso II, o proponente deverá, no momento da oferta da proposta, fazê-la de forma a abarcar a integralidade do quantitativo máximo previsto para a contratação.

10 - DOS PREÇOS

Equalização de preços

10.1 - Em observância ao disposto no art. 52, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (arts. 5º, 11 e 12 da mesma lei), bem como aos entendimentos firmados pelo Tribunal de Contas da União nos Acórdãos nº 2.238/2013 e nº 1.866/2015, as propostas de preço apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão ser acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

10.2 - O licitante poderá apresentar sua proposta em Real, Euro ou Dólar Americano, contudo, para cadastramento no sistema Compras.gov.br, é necessário informar o valor em Real.

10.3 - Para cadastramento no sistema eletrônico Compras.gov.br, os valores propostos em moeda estrangeira (Euro ou Dólar Americano) deverão ser convertidos em moeda Brasileira (Real - R\$) à taxa de câmbio PTAX de venda 3 no fechamento de (três) dias úteis antes da data da abertura do certame

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



(<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>) de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.4 - As propostas de preço (Anexo I-C e Anexo I-D do Termo de Referência), apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão estar equalizadas, isto é, estar acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

10.5 - Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei nº 14.133 /21, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), PIS e COFINS.

10.6 - Para licitantes estrangeiros ou brasileiros que ofertarem equipamentos importados, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme valor de "K" do Anexo I-D do Termo de Referência.

10.7 - Para licitantes estabelecidos no Brasil que ofertarem equipamentos nacionais, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário, conforme valor de "H" do Anexo I-C do Termo de Referência.

10.8 - Caberá à contratada o desembaraço aduaneiro e o transporte até local, conforme Incoterm *Delivered Duty Paid* (definido no edital/contrato).

10.9 - As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com os modelos disponíveis nos anexos do Termo de Referência.

11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - Por se tratar de aquisição sob o sistema de registro de preços, a indicação da classificação ou da dotação orçamentária, bem como a comprovação de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando cabível, só serão providenciadas para a formalização do contrato ou documento equivalente.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



12 - DAS PESSOAS JURÍDICAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

12.1 - Nos termos do Art. 15 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em relação ao processo de aquisição em referência, a vedação de disputa de pessoas jurídicas reunidas em consórcio se dá em virtude do valor da contratação, a complexidade do objeto e o ramo de mercado, com capacidade de atender a demanda apresentada.

Vitória/ES, 5 de fevereiro de 2026.

Major QOC PM Vinícius Muzi Rios – Equipe Técnica

(assinado eletronicamente)

2º Sgt QPMP-C PM Héber Porto Valverde – Equipe Técnica

(assinado eletronicamente)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO I-A: REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 - **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.8 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.9 - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

1.10 - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.11 - **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- 2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);
- 2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- 2.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 2.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- 2.8 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.
- 2.9 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:
- 2.9.1 -A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.
- 2.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 2.9.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.
- 2.9.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



2.9.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

2.9.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.9.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.1.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

DESCRIÇÃO DOS BENS <u>OU</u> SERVIÇOS	QUANTITATIVO MÍNIMO ¹⁴
Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Padrão	3.000
Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Compacta	1.000
Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Subcompacta	1.000

¹⁴ O art. 67, § 2º, da Lei 14.133/2021 estabelece que será admitida a exigência de quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo. Portanto, não deve a Administração exceder esses quantitativos. Sempre que possível, é recomendável indicar expressamente o número de unidades.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Polícia Militar, herói protetor da sociedade”



(a) Para comprovar a confiabilidade e a segurança dos equipamentos ofertados, sem prejuízo dos quantitativos mínimos estabelecidos no quadro acima, cabe à empresa fornecedora apresentar no mínimo 2 (dois) atestados, emitidos por órgãos policiais e/ou militares do Brasil ou do exterior, que atestem o fornecimento e a utilização satisfatória dos mesmos equipamentos, sem registro de recall, substituição em larga escala ou falhas graves de segurança não sanadas.

(b) Se estrangeiro, o certificado para fim de qualificação técnica deverá ser encaminhado com tradução simples, inicialmente.

(c) O certificado para fim de qualificação técnica deverá ser acompanhado dos contatos atualizados (telefone, e-mail, endereço) da instituição que o emitir para que a PMES, de acordo com sua conveniência, possa se certificar das atuais condições de funcionamento do produto indicado, visando apurar o bom funcionamento do equipamento ofertado e o afastamento de qualquer problema técnico.

3.1.2 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de fornecimentos executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

3.1.3 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.1.4 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

3.1.5 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Avaliação da Conformidade e Qualidade Regulatória

3.2 - Para verificação dos padrões de qualidade técnica dos produtos, aplicados no processo fabril das armas que serão fornecidas, será exigida, na análise prévia documental das amostras, a apresentação dos seguintes documentos:

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



3.2.1 - Devido a natureza do(s) objeto(s) deste Termo, especificamente em razão de sua classificação como Produto Controlado pelo Exército (PCE), conforme Portaria nº 118 – COLOG, de 04.10.2019, e de Uso Restrito, na forma do inciso VII, §2º, art. 15 do Decreto nº 10.030, de 30.09.2019, a empresa licitante melhor classificada durante o certame deverá apresentar, juntamente com a proposta, quando couber, na fase de habilitação;

3.2.2 - Certificado de Conformidade emitido por um Organismo de Avaliação de Conformidade (OAC), designado pelo Comando do Exército, que seja acreditado pelo Inmetro ou por órgão de acreditação signatário de acordos de reconhecimento mútuo de cooperações regionais ou internacionais dos quais o Inmetro seja signatário, conforme previsto no Art. 18, do Decreto n.º 10.030/2019, e na forma da Portaria nº 189-EME, de 18 de agosto de 2020; e

3.2.3 - Certificado emitido pelo Centro de Avaliação do Exército Brasileiro (CAEx) para o material ofertado, bem como o correspondente Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR), na forma da Portaria n.º 056 - COLOG, de 05.06.2007.

3.2.4 - Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou ainda por laboratório(s) acreditado(s) internacionalmente, que atestem que o armamento cumpre os requisitos previstos quanto a vida útil do cano;

3.2.5 - Para verificação da regularidade de comercialização e operacionalidade do armamento será exigida, visando afastar projetos sem a devida maturidade de funcionalidade, segurança, confiabilidade, resistência, robustez, durabilidade, manutenção, a empresa proponente deverá apresentar para cada lote ofertado, a documentação de homologação e/ou aprovação do projeto do armamento (NEB/T E-267A, NIJ Standard 0112.03 ou similares, conforme o país);

Certificações Mínimas de Aderência

3.3 - Considerando que a norma do Exército Brasileiro NEB/T E-267A, fixa somente as características e as condições mínimas exigíveis para aprovação pelo Exército Brasileiro dos protótipos de arma de porte destinada ao comércio, fica evidenciada a necessidade de exigência de certificações adicionais que tem o propósito de estabelecer condições mínimas de confiabilidade do armamento de emprego policial ou militar, cujos requisitos são muito mais severos que os de emprego convencional. Assim, o proponente deverá

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



apresentar, para cada modelo ofertado, ao menos uma das seguintes certificações de qualidade:

3.3.1 - Para o calibre 9x19 mm a Norma OTAN - AC/225 (LG/3-SG/1) D/14;

3.3.1.1 - Para o calibre 9x19 mm, também será aceita a certificação de qualidade Norma *Erprobung richtlinien* (ER) *Zur Technischen Richtlinie* (TR) *Pistolen in Kaliber* 9x19 mm – 2008 - Diretriz Técnica de Pistolas de Calibre 9x19mm, do Instituto Técnico Policial (PTI), da Escola Superior de Polícia Alemã – DHPol), sendo esta exclusiva para os calibres 9x19mm;

3.3.2 - A critério da Administração serão aceitas certificações em testes com condições superiores ao previsto nas normas apontadas acima;

3.3.3 - Para empresa nacional, comprovação de que o produto ofertado está aprovado e cumpre os requisitos de desempenho e segurança, autorizando sua fabricação e comercialização;

3.3.4 - Para empresa estrangeira, similar a comprovação supracitada, por meio de documento emitido por banco de prova ou órgão oficial;

3.3.5 - Em ambos os casos (empresa nacional ou estrangeira), deverão apresentar documento comprobatório da autorização de fabricação e comercialização, emitidas há pelo menos 12 (doze) meses antes da data de abertura do certame, do armamento de mesma marca e modelo do objeto licitado, podendo ser em diferente calibre.

Da exigência de carta de solidariedade

3.4 - Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato

4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2 - **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, para as demais pessoas jurídicas;

4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

4.4.2 - Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

4.6 - **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

4.7 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.8 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



4.9 - No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

5 - EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONEM NO PAÍS

5.1 - Para fins de habilitação, as empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar documentos equivalentes aos exigidos para empresas nacionais, inicialmente em tradução livre.

5.2 - Para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os referidos documentos deverão ser traduzidos por tradutor público juramentado no País e apostilados ou consularizados, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.3 - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora, conforme art. 67, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4 - As empresas estrangeiras deverão apresentar documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos em seus países de origem e que correspondam aos exigidos para as empresas brasileiras, equivalência essa que deverá ser declarada pela própria empresa estrangeira.

5.5 - As empresas estrangeiras que não puderem apresentar, para participação no certame, a documentação exigida neste Termo de Referência, por inexistência de instrumento equivalente ou por força de legislação específica de país de origem da licitante, deverão apresentar declaração, conforme Anexo I-G. Para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, poderá a Administração solicitar que tal declaração, quanto à inexistência ou vedação da apresentação da documentação equivalente por força de legislação ou determinação interna do país de origem, seja autenticada pelo respectivo consulado em português (brasileiro), traduzida por tradutor juramentado no Brasil.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



6 - DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - Não será admitido o simples envio de documentação genérica (catálogos, manuais, folhetos etc.) sem o devido apontamento do local exato que comprova cada requisito. Documentos sem referência objetiva poderão ser desconsiderados na análise.

6.2 - Formato dos arquivos. Os arquivos deverão ser enviados em PDF pesquisável (OCR), com sumário/marcadores (*bookmarks*) e, quando possível, hiperlinks internos que direcionem à página/trecho referenciado.

6.3 - O ônus de demonstrar o atendimento aos requisitos é exclusivo do arrematante. A ausência de comprovação objetiva (ou a indicação incorreta/incompleta) implicará a não aceitação do requisito correspondente e poderá ensejar a desclassificação da proposta por não atendimento às especificações técnicas, conforme disposto no edital.



ANEXO I-B ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DO OBJETO

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1 Registro de Preço para aquisição de armamento de porte, tipo pistola semiautomática, nos tamanhos padrão (*full-size*), compacta e subcompacta, todos no calibre 9x19mm NATO, destinados ao uso operacional, ostensivo, velado, reservado e de inteligência da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), incluindo acessórios e conjuntos de reposição, com trilho padrão Picatinny (MIL-STD 1913 e STANAG 4694) para acoplagem de acessórios, estando o trilho integrado na armação, em conformidade com os testes aplicados nas normas de referência.

1.2 NORMAS REFERENCIAIS UTILIZADAS

1.2.1 O armamento deverá obrigatoriamente estar em conformidade, no mínimo, com as seguintes normas técnicas e padrões internacionais:

1.2.1.1 NATO AC/225 (LG/3-SG/1) D/14, da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN;

1.2.1.2 *US Army Test Operations Procedure* (TOP) 3-2-045, do Exército dos Estados Unidos da América;

1.2.1.3 *Erprobungsrichtlinien* (ER) zur *Technischen Richtlinie* (TR) *Pistolen im Kaliber 9 mm x 19 Version 4*, do Instituto Técnico Policial Alemão (*Polizeitechnisches Institut – PTI*);

1.2.1.4 NIJ *Standard-0112.03* (Autoloading Pistols for Police Officers);

1.2.1.5 SAAMI (*Sporting Arms and Ammunition Manufacturer's Institute*) Z 299.3-2015;

1.2.1.6 Norma Técnica SENASP nº 001, de 16 de abril de 2020 – Pistolas calibre 9x19 mm.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



2. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

2.1 LISTA DOS ITENS

LOTE	ITEM	TIPO
1	1	Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Padrão
	2	Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Compacta
	3	Armamento de porte, pistola, 9x19mm: Subcompacta

2.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

2.2.1 O armamento deverá ter funcionamento semiautomático, sistema de funcionamento *striker-fired* (percussor lançado), ação dupla ou similar, sem necessidade de qualquer comando adicional para efetuar o disparo além do acionamento do gatilho.

2.2.1.1 O sistema de funcionamento *striker-fired*, pistola que utiliza um mecanismo interno para o percussor detonar a espoleta. Em funcionamento, a pistola está normalmente em uma condição parcialmente armada. Puxando o gatilho, completa o acionamento e, em seguida, libera o mecanismo do percussor para disparar a pistola. (NIJ Standard-0112.03, item 3.17)¹⁵;

2.2.1.2 O armamento deverá atender a seguinte classificação:

Ordem	Classificação	Definição
1	Tipo	De porte.
2	Emprego	Individual.
3	Alma do cano	Raiada, sendo 6 raias.
4	Sistema de refrigeração	A ar.
5	Sistema de carregamento	Retrocarga.
6	Alimentação	Na forma do subitem 2.3, Anexo I-A.

¹⁵ STRIKER FIRE ACTION: modalidade de funcionamento de pistola que emprega um mecanismo interno de percussor (*striker*) para detonação da espoleta. Nesse sistema, a arma permanece normalmente em condição parcialmente armada, sendo o curso do gatilho responsável por completar o armamento e liberar o percussor para efetuar o disparo. Conforme definição constante da NIJ Standard-0112.03 – *Autoloading Pistols for Police Officers*, Seção 3.17, p. 4 (*Revision A, July 1999*).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



7	Sentido de alimentação	De baixo para cima.
8	Funcionamento	Semiautomática.
9	Sistema de funcionamento	<i>Striker-fired</i> , conforme subitem 2.2.1.1.
10	Princípio de funcionamento	Ação dos gases sobre o ferrolho.

2.2.2 Sistemas/Mecanismos de segurança: os sistemas e/ou mecanismos de segurança do armamento deverá atender aos seguintes critérios:

2.2.2.1. Não deverá possuir seletor externo de segurança (tipo registro de tiro e segurança), que demande ação muscular do atirador diferente do movimento de empunhar a arma e acionar a tecla do gatilho para que o disparo ocorra;

2.2.2.2. Deverá possuir sistema interno de travamento para o gatilho (trava de gatilho), que impeça o acionamento por ação inercial ou involuntária, exceto quando a tecla do gatilho for corretamente acionada;

2.2.2.3. Deverá possuir sistema interno de bloqueio do percussor (trava do percussor), de modo a impedir que este atinja a espoleta sem o acionamento correto da tecla do gatilho, sendo vedada qualquer marcação da espoleta em razão do simples manejo do ferrolho, manuseio brusco ou queda da arma;

2.2.2.4. Deverá suportar quedas ou choques sem que ocorra desarme ou acionamento involuntário dos sistemas de ação e segurança, por inércia ou impacto;

2.2.2.5. Deverá possuir sistema de indicação de munição na câmara, de fácil e nítida visualização (indicador de arma carregada);

2.2.2.6. Todas as características acima descritas, relativas aos dispositivos de segurança e travas internas, deverão ser comprovadas em conformidade com os testes a serem realizados nas amostras, nos termos do ETP.

2.2.3 Capacidade de disparo: operação em ação dupla, em que o percussor não permaneça totalmente armado, prevenindo disparos involuntários ou desgaste excessivo por molas sob tensão.

2.2.4 Peso do gatilho: mínimo de 4 (quatro) lbf e máximo de 6,5(seis vírgula 5) lbf.

2.2.5 Carregadores: devem ser originais, sem prolongadores ou adaptações, fabricados em polímero de alta resistência ou aço, contendo mesa transportadora em cor de fácil

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



visualização (preferencialmente laranja ou amarela), permitindo conferência da quantidade de munições remanescentes.

2.2.6 Acabamento das partes metálicas: resistente à ferrugem, corrosão, água salgada, suor e agentes químicos de limpeza e manutenção, podendo ser oxidado, fosfatizado, teniferizado, anodizado ou pintado industrialmente.

2.2.7 Superfícies externas: livres de arestas cortantes ou pontiagudas que possam prender em coldres ou roupas, ou causar ferimentos/desconforto ao operador e deverá possuir acabamento de primeira linha, sem sinais de corrosão, imperfeições, rebarbas e/ou sobras de materiais, que evidenciem falta de qualidade no processo fabril, a fim de evitar ferimentos nos usuários, falhas de funcionamento e de procedimento

2.2.8 Aparelho de pontaria: confeccionado em metal, alça removível, massa removível e fixada por parafuso, com insertos luminescentes em trítio (duas na alça e uma na massa), cor verde, resistente a solventes/lubrificantes, garantindo visada precisa em baixa luminosidade.

2.2.9 Trilho Picatinny (STANAG 4694/US MIL-STD-1913): presente na armação frontal, para acoplamento de acessórios (miras ópticas, lanternas, etc.) – exceto se tecnicamente inviável para o tamanho subcompacto, hipótese em que deverá ser justificada pelo fabricante e aprovada pela Administração.

2.2.10 Tecla de liberação do carregador: ambidestra ou reversível, recartilhada ou texturizada (com ranhuras ou sulcos) posicionada de forma a permitir fácil operação por destros e canhotos.

2.2.11 Retém do ferrolho: ambidestro, recartilhado ou texturizado (com ranhuras ou sulcos), permitindo o travamento do ferrolho na posição aberta após o disparo da última munição.

2.2.12 Zarelho ou orifício para fiel: localizado na base da empunhadura, compatível com dispositivos de retenção do armamento.

2.2.13 Marcação indelével por RFID passivo embutido na armação de polímero reforçado, impossibilitando a extração sem dano estrutural, para fins de rastreabilidade, controle patrimonial e adequação à legislação vigente:

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



2.2.13.1 Dispositivo eletrônico passivo de identificação por rádio frequência, do tipo chip *Radio-Frequency Identification* (RFID), que possibilite a leitura de códigos para identificação da *scanner* numeração da arma, por meio de scanner;

2.2.13.2 As informações e/ou detalhes específicos da localização do RFID, serão tratados em contrato com cláusula de sigilo entre a contratada/fabricante e a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), por meio da Divisão de Material Bélico - DLOG-3;

2.2.13.3 Para viabilizar a leitura das informações sigilosas descritas no subitem 3.5.2., deverá ser fornecido pela contratada/fabricante, a cada lote de 1.000 (mil) armas, cumulativos, um equipamento *scanner* compatível a leitura do chip de RFID, única e exclusivamente para este fim.

2.2.14 Identificação: As identificações institucionais e de segurança deverão estar de acordo com a Portaria COLOG nº 213, de 15 de setembro de 2021, do Comando Logístico do Exército Brasileiro.

2.2.15 Acessórios: As armas deverão ser entregues em recipiente do tipo maleta de polímero de alta resistência, que permita trancamento, possua sistema de dobradiças e identificação externa do número da arma, sendo fabricada em material que impossibilite atrito e eventuais deformidades, de modo a proteger o conjunto e garantir sua integridade.

2.2.15.1 O interior da maleta deverá conter:

2.2.15.1.1 01 (um) material básico de limpeza (vareta de limpeza);

2.2.15.1.2 01 (um) manual em português, com informações sobre conservação, manutenção, limites de uso para ocorrência de limpeza e cuidados relativos à operação do armamento;

2.2.15.1.3 01 (um) kit de empunhadura para ajuste do punho, conforme descrito no subitem 2.2.9 (quando aplicável);

2.2.15.1.4 05 (cinco) carregadores.

2.2.15.1.5. O manual deverá conter tabela indicativa de manutenção para as peças que compõem o armamento, relacionando o período de revisão/substituição de cada componente em função da quantidade de disparos a que a arma for submetida.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



2.2.16 Desmontagem: deve permitir manutenção básica e limpeza de rotina sem uso de ferramentas especiais.

2.2.17 Deverá permitir que uma mesma arma possa ser utilizada por policiais com diferentes anatomias das mãos, devendo, portanto, possuir solução de ajuste para viabilizar adaptação ao tipo de empunhadura do usuário (tipo backstrap ou outra solução), em três diferentes tamanhos (pequeno, médio e grande), ou qualquer outro meio, excetuando-se o uso de luvas emborrachadas e/ou variações no punho implementadas por customizações improvisadas ou exclusivas (como por exemplo, adição de placas).

2.2.18 A solução de empunhadura deve ser inteiriça no punho, da base ao arremate da armação junto ao ferrolho (*beavertail*¹⁶) de modo que possa auxiliar o policial, de acordo com a anatomia de suas mãos (comprimento dos dedos), no alcance do gatilho.

2.2.19 Todos os acessórios e peças de reposição, incorporados ou não, deverão estar adequadamente dimensionados à arma, tendo as mesmas características, qualidade e especificações requeridas neste Termo de Referência para atendimento da finalidade a que se destinam.

2.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS – POR TAMANHO

2.3.1. Quanto ao comprimento do cano:

2.3.1.1 Para as pistolas de serviço *Full-Sized* (Padrão), o comprimento do cano deverá ser de, no mínimo, 114 mm (cento e quatorze milímetros) e no máximo 125 mm (cento e vinte e cinco milímetros);

2.3.1.2 Para as pistolas Compactas, o comprimento do cano deverá ser de, no mínimo, 102 mm (cento e dois milímetros) e no máximo 110 mm (cento e dez milímetros);

2.3.1.3 Para as pistolas Subcompactas, o comprimento do cano deverá ser de, no mínimo, 85 mm (oitenta e cinco milímetros) e no máximo 100 mm (cem milímetros).

2.3.2. Quanto ao comprimento total:

¹⁶ O termo se refere a expressão “cauda de castor” cuja referência é a que se descreve no item em referência.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



2.3.2.1 Para as pistolas de serviço *Full-Sized*, o comprimento total do armamento, considerando todos os seus componentes originais, não poderá ser inferior a 190 mm (cento e noventa milímetros) nem superior a 205 mm (duzentos e cinco milímetros);

2.3.2.2 Para as pistolas Compactas, o comprimento total não poderá ser inferior a 170 mm (cento e setenta milímetros) nem superior a 188 mm (cento e oitenta e oito milímetros);

2.3.2.3 Para as pistolas Subcompactas, o comprimento total não poderá ser superior a 171 mm (cento e setenta e um milímetros).

2.3.3. Quanto à altura total:

2.3.3.1 Para as pistolas *Full-Sized*, a altura total do conjunto, incluindo carregador, deverá ser de, no máximo, 160 mm (cento e sessenta milímetros);

2.3.3.2 Para as pistolas Compactas, até 135 mm (cento e trinta e cinco milímetros);

2.3.3.3 Para as pistolas Subcompactas, até 132 mm (cento e trinta e dois milímetros).

2.3.4. Quanto à largura máxima:

2.3.4.1 A largura máxima permitida é de até 34 mm (trinta e quatro milímetros).

2.3.5. Quanto ao peso total da arma com carregador vazio:

2.3.5.1 Para as pistolas *Full-Sized*, peso máximo de 900g (novecentos gramas);

2.3.5.2 Para as pistolas Compactas, peso máximo de 800g (oitocentos gramas);

2.3.5.3 Para as pistolas Subcompactas, peso máximo de 750g (setecentas e cinquenta gramas).

2.3.6. Quanto à capacidade mínima do carregador:

2.3.6.1 Para as pistolas Full-Size, capacidade mínima de 17 (dezessete) munições;

2.3.6.2 Para as pistolas Compactas, capacidade mínima de 15 (quinze) munições;

2.3.6.3 Para as pistolas Subcompactas, capacidade mínima de 12 (doze) munições.

2.3.7. Quanto ao fornecimento de carregadores

2.3.7.1 Cada unidade fornecida deverá ser acompanhada de cinco (05) carregadores, independentemente da categoria.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



2.4 CERTIFICAÇÕES, QUALIDADE, GARANTIA E REPOSIÇÃO

2.4.1 O modelo ofertado deverá possuir homologação em, ao menos, uma das normas: OTAN AC/225 (LG/3-SG/1), NEB/T E-267A ou NIJ Standard 0112.03, com laudo emitido por laboratório internacional acreditado.

2.4.2 Comprovação de fornecimento mínimo, na forma dos requisitos de habilitação técnica, já entregue em outras licitações ou fornecimento para órgãos ou agências MLE – *Military and Law Enforcement*.

2.4.2.1 Comprovação de maturidade de projeto do armamento ofertado, entendida como a existência de, no mínimo, vinte e quatro meses de uso operacional contínuo por forças policiais ou militares, nacionais ou estrangeiras, devidamente demonstrado por meio de documentação idônea emitida pelo fabricante ou por órgão oficial usuário, de modo a evidenciar a confiabilidade do sistema, a estabilidade do projeto e a mitigação de falhas decorrentes de eventuais ajustes de desenvolvimento.

2.4.3 O armamento deverá ser entregue novo, com número de série individual, laudos de conformidade e garantia mínima de 60 (sessenta) meses.

2.4.4 O fornecedor deve garantir suporte técnico, peças de reposição originais e assistência técnica *“in loco”* durante a vigência da garantia.

2.4.5 Cada unidade deverá ser acompanhada de maleta/case de polímero de alta resistência, manual impresso em português, kit de limpeza, além dos carregadores exigidos.

2.4.6 Conjunto de reposição imediata: Com o propósito de reduzir o tempo de indisponibilidade decorrente de manutenções por eventuais danos, deverá ser fornecido, no percentual de 5% (cinco por cento) do total de armas adquiridas – tendo como referência a quantidade relativa a cada emissão de carta de crédito, o conjunto de peças abaixo relacionado para reposição imediata, bem como 5% (cinco por cento) de carregadores completos sobressalentes, compreendendo:

2.4.6.1. Conjunto do percussor (todas as peças que o compõem, caso não seja peça única);

2.4.6.2. Trava do percussor e respectiva mola;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



2.4.6.3. Todas as teclas externas (retém do carregador, retém do ferrolho, trava do gatilho, entre outras eventualmente existentes no modelo);

2.4.6.4. Conjunto da mola recuperadora;

2.4.6.5. Extrator;

2.4.6.6. Alavanca de desmontagem (*take-down lever*) ou retém do ferrolho, com a respectiva mola;

2.4.6.7. Conector, com peso padrão (*standard*), quando existente no modelo;

2.4.6.8. Alça e massa de mira;

2.4.6.9. Fundo do carregador e respectivo *magazine insert*, quando existente no modelo;

2.4.6.10. Corpo ou tubo do carregador;

2.4.6.11. Mola do carregador;

2.4.6.12. Transportador do carregador.

2.4.7. A Divisão de Material Bélico (DLOG3), por ocasião da assinatura do contrato, poderá solicitar ao fabricante a recomposição das quantidades de cada item de reposição, indicando a quantidade.

2.4.7.1. A recomposição de que trata o subitem 2.4.7 pode incluir, em substituição a peças ou carregadores de reposição, equipamentos de instrução ou treinamento do tipo de arma contratada, bem como ferramentas de armaria próprias à instalação, manutenção e aferição dos equipamentos adquiridos.

2.4.7.2. Essa recomposição deverá ser realizada mantendo-se o equilíbrio contratual pelo valor total das peças e carregadores sobressalentes, de modo que a Administração possa receber maior número de partes mais sensíveis ou menos resistentes, ou ferramental de manutenção/aferição da arma comprada, contra menor número de partes que, estatisticamente, são menos suscetíveis a desgaste, quebra ou perda.

2.4.7 O recebimento do armamento ficará condicionado à aprovação em testes detalhados em termo de referência, incluindo teste de precisão, intercambialidade, vida útil, queda e desmontagem.

2.4.8. A cor da arma deverá ser definida conforme a atividade policial, priorizando a cor preta para as partes visíveis dos modelos compactos e subcompactos (uso velado,

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



reservado e agentes de inteligência) e preferencialmente a cor cinza-chumbo, com escala HEX indicada pela DLOG-3, para as partes visíveis do modelo Padrão (*full-size*), de acordo com orientação institucional.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As especificações da seção 2.2 deverá estar presente em todos os itens da seção 2.3.

3.2 Entende-se por customização a solução apresentada pelo fabricante de modo a atender pontualmente estas especificações, não sendo incluída neste conceito a solução já disponível na linha do fabricante, mesmo que em outros modelos e calibres.

3.3 Os armamentos deverão estar em linha de produção e não poderão ter sido descontinuados nos últimos 12 (doze) meses.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



**ANEXO I-C: MODELO DE PROPOSTA PARA MATERIAL NACIONAL OU
NACIONALIZADO**

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

À

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Maruípe, 2.111, São Cristóvão

Vitória/ES

CEP 29.048-463.

Processo n.º 2025-BJG34

(Nome/Razão social) _____, inscrita no CNPJ N.º _____ (aplicável somente a empresa brasileira ou estrangeira com autorização para funcionar no Brasil), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, apresenta proposta para:

Moeda da Proposta: _____

Item: NCM ¹⁷ : 9302.00.00 Descrição completa do equipamento: País de origem: Fabricante: Marca: Modelo: Código do catálogo:	
(A) Quantidade	

¹⁷As Pistolas, classificadas com a NCM 9302.00.00, estão listadas na Categoria I, Armas de Fogo (inferiores à .50" ou 12 GA ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios, da Lista de Produtos de Defesa (Liprobe), que é aprovada pela Portaria SEPROD/SG-MD N.º 4023 DE 01/12/2020.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



(B) Valor unitário sem impostos em R\$ Valor unitário sem impostos em U\$/EURO Câmbio Ptax ¹⁸ Venda (R\$) no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.	
(C) PIS ¹⁹ (R\$) = B x 2,10%	
(D) COFINS ²⁰ (R\$) = B x 9,65%	
(E) IPI ²¹ (R\$) = D x IPI% Item 1 = 0%	
(F) ICMS ²² (R\$) = [(B+C+D+E) / (1/25%)] x 25%	
(G) Valor unitário com impostos (R\$) = (B + C + D + E + F)	
(H) Valor total com impostos ²³ (R\$) = (A x G)	

1. O valor total da proposta é de R\$ _____ (em algarismo e por extenso)

¹⁸ A partir de 1/7/2011, é a média aritmética das taxas de compra e das taxas de venda dos boletins do dia, conforme Circulares 3506, de 23/9/10, e 3537, de 25/5/11. Até 30/6/2011, é a taxa média ponderada dos negócios realizados no mercado interbancário de câmbio com liquidação em dois dias úteis, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme Comunicado N. 6815/99.

¹⁹ PIS e COFINS são tributos de competência federal para financiamento da seguridade social. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento.

²⁰ PIS e COFINS são tributos de competência federal para financiamento da seguridade social. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento.

²¹ O Imposto sobre produtos industrializados (IPI) incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento. A isenção prevista na Solução de Consulta Disit/SRRF04 nº 4014, de 08 de abril de 2025, está vinculada a soluções de consulta anteriores (COSIT nº 123, de 29 de setembro de 2020; nº 4, de 15 de fevereiro de 2022; e nº 10, de 21 de março de 2022) se aplica aos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal e abrange veículos para patrulhamento, aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, além de armas e munições.

²² O item está elencado nas listas específicas de bens sujeitos à alíquota diferenciada de 25% (como armas de fogo, munições, bebidas alcoólicas, perfumes, cigarros, veículos automotores, entre outros, conforme previsto nos anexos da legislação estadual), aplica-se, portanto, à sua importação a alíquota do ICMS no Estado do Espírito Santo, qual seja, 25%, conforme a Lei Estadual nº 7.000/2001.

²³ Valor total de referência para contratação. Os licitantes devem detalhar a proposta conforme modelo, visando possibilitar ajustes no valor do contrato e pagamento, conforme alíquotas incidentes após o faturamento.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



2. Esta proposta é válida por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação. (Não serão aceitas propostas com prazo inferior ao estabelecido em TR)
3. Prazo de entrega: _____
4. Forma de pagamento: _____
5. Garantia: _____
6. Declaramos que os preços ofertados englobam as despesas com material, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, embalagens, tributos incidentes, isenções (imunidades), e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação e que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não se podendo pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.
7. Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Termo de Referência, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todos os custos a cargo da contratada, que venham a onerar o objeto desta licitação, descritos no Termo de Referência.
8. Declaramos ter ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.
9. Declaramos que a proposta apresentada atende integralmente às especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
10. Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência.
11. Declaramos que será disponibilizada infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional, conforme exigido no Termo de Referência.
12. Declaramos que, na execução do contrato, adotaremos as práticas de sustentabilidade estabelecidas no Termo de Referência.
13. Conforme Art. 12 da [Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997](#), o item deste certame é isento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
14. Proposta em Dólar ou Euro: Câmbio PTAX Venda (R\$) no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>).

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



Acompanha esta proposta documento comprovando que o armamento oferecido nesta proposta é empregado nas instituições militares/de segurança pública _____, consoante exigido neste Termo de Referência.

Dados da empresa:

Razão Social: _____

CNPJ (MF) nº: _____

Inscrição Estadual nº: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato:

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Local e data

Assinatura do Representante Legal

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO I-D: MODELO DE PROPOSTA PARA EQUIPAMENTO IMPORTADO

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

À

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Maruípe, 2.111, São Cristóvão

Vitória/ES

CEP 29.048-463.

Processo n.º 2025-BJG34

(Nome/Razão social) _____, inscrita no CNPJ N.º _____ (aplicável somente a empresa brasileira ou estrangeira com autorização para funcionar no Brasil), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, apresenta proposta para a aquisição do objeto descrito na tabela abaixo, de acordo com todas as especificações e condições do Termo de Referência:

Moeda da Proposta: _____

Item: NCM ²⁴ : 9302.00.00 Descrição completa do equipamento: País de origem: Fabricante: Marca: Modelo: Código do catálogo:	
(A) Quantidade total (unidade)	

²⁴ As Pistolas, classificadas com a NCM 9302.00.00, estão listadas na Categoria I, Armas de Fogo (inferiores à .50" ou 12 GA ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios, da Lista de Produtos de Defesa (Liprobe), que é aprovada pela Portaria SEPROD/SG-MD N.º 4023 DE 01/12/2020.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



(B) Valor aduaneiro unitário (US\$ ou EURO)	
(C) Câmbio Ptax ²⁵ Venda (R\$) no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (R\$).	
(D) Valor aduaneiro unitário convertido ²⁶ (R\$) = B x C	
(E) PIS ²⁷ (R\$) = B x 2,10%	
(F) COFINS ²⁸ (R\$) = B x 9,65%	
(G) IPI ²⁹ (R\$) = D x IPI% Item 1 = 0%	
(H) Custo unitário de outras despesas ³⁰ (R\$)	

²⁵ A partir de 1/7/2011, é a média aritmética das taxas de compra e das taxas de venda dos boletins do dia, conforme Circulares 3506, de 23/9/10, e 3537, de 25/5/11. Até 30/6/2011, é a taxa média ponderada dos negócios realizados no mercado interbancário de câmbio com liquidação em dois dias úteis, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme Comunicado N. 6815/99.

²⁶ O Valor Aduaneiro Unitário Convertido corresponde ao preço unitário do produto apresentado em moeda estrangeira após a conversão para moeda brasileira (o Real). (Fonte: [hp://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/glossario.html](http://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/glossario.html))

²⁷ PIS e COFINS são tributos de competência federal para financiamento da seguridade social. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento, conforme consulta ao sítio eletrônico <https://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/BuscaNCM.jsp>.

²⁸ PIS e COFINS são tributos de competência federal para financiamento da seguridade social. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento, conforme consulta ao sítio eletrônico <https://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/BuscaNCM.jsp>.

²⁹ O Imposto sobre produtos industrializados (IPI) incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento. A isenção prevista na Solução de Consulta Disit/SRRF04 nº 4014, de 08 de abril de 2025, está vinculada a soluções de consulta anteriores (COSIT nº 123, de 29 de setembro de 2020; nº 4, de 15 de fevereiro de 2022; e nº 10, de 21 de março de 2022) se aplica aos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal e abrange veículos para patrulhamento, aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, além de armas e munições.

³⁰ No campo Outras Despesas deverá ser informado o custo unitário relacionado a serviços que não compõem o valor aduaneiro, e devem ser compatíveis com os valores praticados no mercado, sendo necessário discriminá-los individualmente, tais como: abertura de carta de crédito, desembaraço, armazenagem, capatazia, estiva e arqueação, frete interno, seguro interno, incluindo outros impostos e taxas permanentes.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



(I) ICMS ³¹ (R\$) = [(D+E+F+G+H) / (1/25%)] x 25%	
(J) Valor unitário equalizador ³² (R\$) = D + E + F + G + H + I valor de referência para cadastramento da proposta e fase de lances	
(K) Valor total equalizador (R\$) = A x J valor de referência para cadastramento da proposta e fase de lances	
(L) Valor unitário contratado ³³ (R\$) = D + H valor de referência na celebração do contrato	
(M) Valor total contratado ³⁴ (R\$) = A x L valor de referência na celebração do contrato	

1. Valor total da proposta equalizada é de R\$ _____ (em algarismo e por extenso)
2. Valor total da proposta, em Reais, para fins de referência na celebração do contrato: R\$ _____ (em algarismo e por extenso)
3. Valor total da proposta, na moeda estrangeira escolhida, para fins de referência na celebração do contrato: US\$/EURO _____ (em algarismo e por extenso)
4. Esta proposta é válida por **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. (Não serão aceitas propostas com prazo inferior ao estabelecido em TR) e) Prazo de entrega: _____
5. Forma de pagamento: _____

³¹ O item está elencado nas listas específicas de bens sujeitos à alíquota diferenciada de 25% (como armas de fogo, munições, bebidas alcoólicas, perfumes, cigarros, veículos automotores, entre outros, conforme previsto nos anexos da legislação estadual), aplica-se, portanto, à sua importação a alíquota do ICMS no Estado do Espírito Santo, qual seja, 25%, conforme a Lei Estadual nº 7.000/2001.

³² O Valor Unitário equalizado, correspondente ao somatório de todos os custos unitários identificados para o produto que oneram o órgão licitante. Valor unitário da proposta a ser cadastrado pelos licitantes no sistema compras.gov.br, servindo de referencial na fase de disputa.

³³ O Valor Unitário de referência na celebração do contrato.

³⁴ Os licitantes devem detalhar a proposta conforme este modelo, visando possibilitar ajustes no valor do contrato e pagamento, conforme alíquotas incidentes após o faturamento.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



6. Garantia: _____
7. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais. Isso abrange todas as despesas necessárias para o desembaraço aduaneiro, como taxas, tarifas e impostos relacionados a licença de importação, desembaraço, descarregamento do veículo transportador, armazenagem alfandegária, capatazia, despesas aeroportuárias e fretes. Também estão incluídos os custos com manuseio de carga, inclusive serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil. Qualquer outro custo que incida direta ou indiretamente sobre o objeto licitado, incluindo a classificação adequada na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum (NCM)/TEC com seu respectivo destaque, já está computado. A omissão de qualquer despesa ou custo necessário para a perfeita execução deste contrato será interpretada como inexistente ou já incluída nos preços, não sendo possível pleitear acréscimos após a entrega da proposta.
8. Se o preço final registrado na Ata de licitação considerar algum benefício tributário decorrente de previsão legal ou de uma situação específica do órgão gerenciador, e esse benefício não puder ser aproveitado pelos órgãos aderentes, ou se estes tiverem situações específicas que lhes deem direito a um benefício fiscal não incluído na proposta, o preço final poderá ser ajustado. Tal ajuste será feito em comum acordo entre o fornecedor e os órgãos aderentes, correspondendo ao valor do benefício tributário.
9. Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Termo de Referência, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todos os custos a cargo da contratada, que venham a onerar o objeto desta licitação, descritos no Termo de Referência.
10. Declaramos ter ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.
11. Declaramos que a proposta apresentada atende integralmente às especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
12. Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência.
13. Declaramos que será disponibilizado infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional, conforme exigido no Termo de Referência.

Acompanha esta proposta documento comprovando que o armamento oferecido nesta proposta é empregado nas instituições militares/de segurança pública

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



_____, consoante
exigido neste Termo de Referência.

Dados da empresa:

Razão Social: _____

CNPJ (MF) nº: _____

Inscrição Estadual nº: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato:

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Local e data

Assinatura do Representante Legal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



**ANEXO I-E: MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
DOCUMENTO EQUIVALENTE**

EDITAL Nº ____/2026

Prezados Senhores,

A *(denominação da razão social da LICITANTE)*, declara, em atendimento ao EDITAL e sob as penas da lei, que os documentos abaixo indicados, exigidos na LICITAÇÃO, não possuem documento equivalente no seu país de origem.

Documento exigido no EDITAL que não possui	Item do edital em que o documento é exigido

A empresa (denominação da razão social da LICITANTE) declara que está ciente da responsabilidade civil e criminal decorrente da não veracidade das informações prestadas, como também das sanções administrativas e penais a que está sujeita no Brasil, caso o teor deste instrumento não seja condizente com a situação atual real.

Local, [•] de [•] de 2026.

(assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) da LICITANTE individual estrangeira ou da empresa estrangeira integrante de consórcio)

**Não é necessário o reconhecimento de firma.*

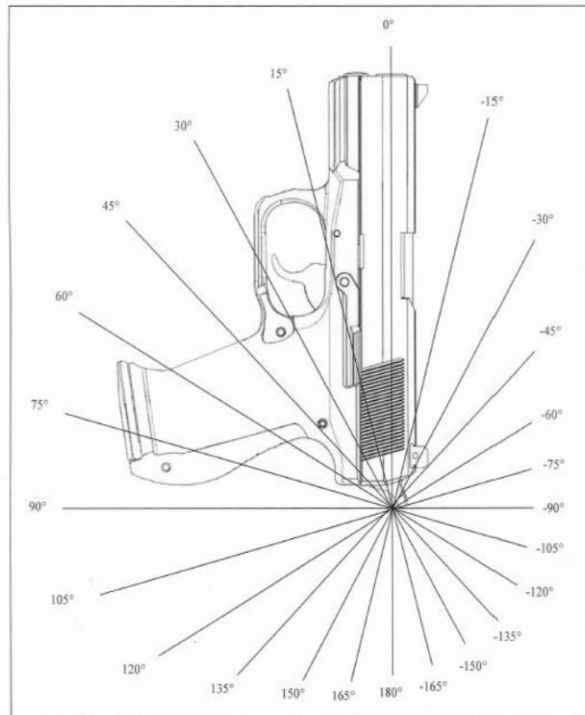


ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”









ANEXO I-F: ESQUEMA E SITUAÇÕES DE QUEDA

1. O esquema de queda:



2. Situações nas quais ocorrerão as quedas:

 0°Piso de concreto Boca verticalmente para cima.	 90°Piso de concreto Boca verticalmente para cima.
 180°Piso de concretoBoca verticalmente para cima.	 -90°Piso de concretoBoca verticalmente para cima.
 Piso de concreto Lateral, lado esquerdo para baixo.	 Piso de concreto Lateral, lado direito para baixo.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO I-G: ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE TESTES

1. Finalidade

1.1. Este Anexo estabelece as atribuições, responsabilidades e regras de funcionamento da Comissão de Testes, de caráter estritamente técnico, designada para supervisionar, auditar, documentar e validar os resultados dos Testes de Amostra previstos no Termo de Referência e em seus anexos correlatos.

1.2. A Comissão atua com competência exclusiva para validação técnica dos resultados dos Testes de Amostra, sem prejuízo das competências do Agente de Contratação/Pregoeiro e da autoridade competente quanto às decisões administrativas do certame.

2. Natureza e escopo de atuação

2.1. A atuação da Comissão limita-se ao escopo técnico dos Testes de Amostra, abrangendo, entre outros:

- a) verificação das condições técnicas e logísticas do local de testes (sede da fabricante ou laboratório indicado), conforme requisitos do TR;
- b) acompanhamento e auditoria dos procedimentos de ensaio e medições;
- c) registro e controle de evidências e ocorrências;
- d) consolidação de dados e emissão de parecer técnico conclusivo.

2.2. É vedado à Comissão:

- a) negociar condições comerciais, prazos de fornecimento, preços ou vantagens;
- b) alterar especificações e critérios de aceitação previstos no TR;
- c) autorizar substituição de amostras, componentes ou munições fora das condições previstas, salvo quando expressamente admitido no TR e formalizado nos registros do teste;
- d) praticar atos decisórios típicos do julgamento administrativo do certame (competência do Agente de Contratação/Pregoeiro e autoridade competente).

3. Designação e composição

3.1. A Comissão de Testes, designada neste instrumento convocatório, deverá ser composta obrigatoriamente por 04 (quatro) militares estaduais, oriundos da equipe de

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



planejamento e do setor requisitante, Divisão de Material Bélico (DLOG/3), com a seguinte composição funcional:

- Presidente: Chefe da DLOG/3;
- Secretário: Equipe Técnica da DLOG/3;
- Membro: Equipe Técnica da DLOG/3 e/ou Oficina de Armas;
- Membro: Equipe Técnica da DLOG/3 e/ou Oficina de Armas.

4. Competências gerais da comissão

Compete à Comissão de Testes, de forma geral:

- 4.1. Planejar tecnicamente a execução dos Testes de Amostra, com base no TR e anexos, definindo checklists, formulários e instrumentos de registro.
- 4.2. Receber e analisar, para fins de testagem, as informações de agendamento do local/data/horário encaminhadas pela licitante vencedora provisória, na forma e prazos do TR, realizando o alinhamento operacional necessário com vistas à execução integral dos testes.
- 4.3. Verificar e registrar a conformidade do ambiente de testes (instalações e equipamentos mínimos requeridos), bem como a disponibilidade de recursos indispensáveis à execução dos ensaios previstos.
- 4.4. Conduzir e/ou acompanhar os testes de forma exclusiva, observando as condições gerais estabelecidas no TR (incluindo caráter público da sessão), zelando pela segurança e pela integridade dos participantes e do material.
- 4.5. Controlar e registrar a presença de representantes (inclusive de demais licitantes), quando facultada, garantindo disciplina, segurança, isonomia, e não interferência na execução e coleta de dados, nos termos do TR.
 - 4.5.1 Poderá ser limitada a presença a apenas 1 (um) representante dos demais licitantes, conforme diretrizes do local a ser definido.
- 4.6. Auditar a coleta de dados realizada durante os ensaios, assegurando rastreabilidade, consistência metrológica e integridade documental.
- 4.7. Registrar incidentes, não conformidades e ocorrências, inclusive falhas funcionais, variações, interrupções e quaisquer eventos relevantes para a validação do resultado.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



4.8. Documentar evidências (relatórios, registros fotográficos quando pertinente, planilhas de controle, medições, atas e assinaturas).

4.9. Emitir Parecer Técnico Conclusivo, com recomendação objetiva quanto à conformidade ou desconformidade da amostra com as especificações do TR, encaminhando-o ao setor responsável para juntada aos autos e divulgação aos licitantes, na forma prevista no instrumento convocatório.

4.10. Resguardar a publicidade dos atos e a transparência do procedimento, sem prejuízo de eventual tratamento de informações sensíveis, quando houver previsão contratual/administrativa.

5. Atribuições específicas por função

5.1. Presidente da Comissão

Compete ao Presidente:

- a) coordenar, orientar e supervisionar tecnicamente todas as atividades da Comissão;
- b) assegurar o cumprimento estrito do TR, anexos e dos critérios objetivos de aceitação;
- c) dirimir dúvidas técnicas operacionais durante os testes, sem inovar em requisitos;
- d) determinar medidas de segurança e disciplina necessárias à condução dos trabalhos da Comissão de Testes;
- e) autorizar, quando cabível e previsto, pausas, reinícios e registros de interrupções, garantindo documentação formal;
- f) assinar atas, termos, *checklists* e o Parecer Técnico Conclusivo;
- g) representar a Comissão perante a Administração e interlocutores institucionais, mantendo a atuação restrita ao aspecto técnico.
- h) Indicar, dentre os membros mais antigos da Comissão de Testes, o Secretário da Comissão.

5.2. Secretário da Comissão

Compete ao Secretário:

- a) organizar e manter o dossiê de testagem, com numeração, datas, responsáveis e anexos técnicos;
- b) lavrar ata de instalação da sessão, registros de execução, ocorrências e encerramento;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- c) consolidar formulários de medições, planilhas de incidentes e registros metrológicos;
- d) registrar, quando aplicável, a lista de presença de participantes e representantes;
- e) preparar minutas e versões finais do Parecer Técnico, colhendo assinaturas e rubricando páginas quando necessário;
- f) providenciar o encaminhamento formal do Parecer e anexos ao setor responsável pela condução do certame, para juntada aos autos e divulgação.

5.3. Membros da Comissão

Compete aos Membros:

- a) executar e/ou conferir medições, desmontagens, inspeções e verificações técnicas atribuídas pela Presidência, conforme itens do TR;
- b) operar ou acompanhar instrumentos de medição e ensaio, verificando registros e apontando consistências e inconsistências;
- c) registrar não conformidades e ocorrências técnicas, com descrição objetiva e indicação do impacto no critério de aceitação;
- d) apoiar a coleta de dados e evidências, preservando rastreabilidade;
- e) contribuir tecnicamente para a redação do Parecer, especialmente em tópicos de armaria, funcionamento, segurança e manutenção.

6. Regras de funcionamento e conduta

6.1. Quórum: as atividades de testagem deverão ocorrer com a presença mínima de 03 (três) integrantes, sendo obrigatória a presença do Presidente. É obrigatória a presença dos 04 (quatro) integrantes em todos os testes críticos.

6.2. Deliberação técnica: o resultado técnico será consolidado pela Comissão com base em critérios objetivos do TR. Havendo divergência, deverá ser consignada em ata a posição técnica divergente, com justificativa, preservando transparência e motivação.

6.2.3 O Agente de Contratação poderá acompanhar a realização dos testes, para fins de condução procedimental do certame, registro em ata e adoção das providências necessárias ao regular andamento da licitação, sem prejuízo da competência técnica

6.3. Segurança e controle de acesso: por se tratar de objeto controlado e atividade de risco inerente, a Comissão deverá:

- a) estabelecer e fazer cumprir orientações de segurança do local;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- b) controlar áreas de acesso e permanência de terceiros;
- c) interromper teste caso identifique condição insegura, registrando o motivo e as providências adotadas.

6.4. Sessão pública: sendo facultada a presença de representantes de licitantes, a Comissão deverá garantir:

- a) não interferência na execução e coleta de dados;
- b) disciplina e ordem no ambiente;
- c) registro de presença, quando aplicável;
- d) manutenção do rito e das definições do TR, independentemente do local escolhido para os testes.
- e) quem incorrer em alguma das faltas acima terá seu acesso suspenso aos testes e os fatos registrados na Ata, pelo Secretário da Comissão, com a confirmação de no mínimo 3 (três) testemunhas.

7. Registros, evidências e produtos gerados

7.1. A Comissão deverá produzir e assinar, no mínimo:

- a) Ata de Instalação da sessão de testes;
- b) Registros de medições e verificações (metrologia, dimensões, massa, etc.), conforme aplicável;
- c) Planilha/Registro de Incidentes e Ocorrências, com indicação de data/hora, descrição e enquadramento no critério do TR;
- d) Ata de Encerramento;
- e) Parecer Técnico Conclusivo, contendo: metodologia aplicada (conforme TR), síntese objetiva dos resultados por teste, não conformidades, evidências e conclusão pela conformidade/desconformidade.

7.2. Todos os documentos e evidências devem permitir rastreabilidade, incluindo identificação da amostra (quando aplicável), condições do teste e responsáveis pelos registros.

8. Interface com a licitante e demais participantes

8.1. Caberá à Comissão:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- a) informar necessidades técnicas e de acesso, para viabilizar execução integral dos testes previstos;
- b) receber instrução prévia do fabricante, quando aplicável e sem prejuízo da independência, registrando-a em ata quando relevante;
- c) fiscalizar o cumprimento das responsabilidades da licitante quanto a suportes e condições previstas no TR (estrutura, equipamentos, munições, recursos humanos de apoio e demais ônus);
- d) limitar e controlar qualquer auxílio operacional de terceiros, desde que não comprometa segurança, integridade dos testes e isonomia.

8.2. A Comissão atua exclusivamente como órgão técnico da Administração para fins de validação dos testes.

9. Disposições finais

9.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão sob direção do Presidente, sempre com base no TR e anexos, vedada a criação de novos requisitos de aceitação.

9.1.1. A condução a que se refere o presente termo concerne ao rito de execução dos testes, sendo a responsabilidade pela calibração, operação dos equipamentos e validade do resultado incumbência da licitante.

9.2. Este Anexo integra o Termo de Referência e o Instrumento Convocatório para todos os fins e efeitos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO I-H: ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
(CGP)

1. Finalidade

1.1. Este Anexo estabelece as atribuições, responsabilidades e regras de funcionamento da Comissão de Recebimento Provisório, exercida pela Comissão de Gestão Patrimonial (CGP) da DLOG/3, de caráter estritamente técnico-operacional, designada para supervisionar, auditar, documentar e validar o recebimento provisório e a entrega técnica do armamento, bem como a execução dos ensaios previstos no ANEXO I-I: Plano de Ensaios de Recebimento (PER).

1.2. A Comissão atua com competência exclusiva para a validação técnica e patrimonial do recebimento provisório, sem prejuízo das competências do Gestor e do(s) Fiscal(is) do contrato e da autoridade competente quanto às decisões administrativas, liquidação, pagamento, sanções e demais atos de gestão contratual.

2. Natureza e escopo de atuação

2.1. A atuação da Comissão limita-se ao escopo do recebimento provisório e entrega técnica do material contratado, abrangendo, entre outros:

- a) planejamento do recebimento, com base no Termo de Referência, contrato e anexos correlatos, em especial o PER (ANEXO I-I);
- b) verificação sumária do material no ato da entrega (quantitativo, marca, modelo, identificação e demais elementos constantes na documentação fiscal);
- c) seleção de amostras conforme o Plano de Amostragem do PER, assegurando rastreabilidade por número de série;
- d) acompanhamento, condução e/ou auditoria técnica dos ensaios e verificações de recebimento previstos no PER;
- e) conferência de acessórios, itens de apoio, instrumentos e documentos obrigatórios, bem como evidências de rastreabilidade (incluindo, quando aplicável, identificação indelével e dispositivos de rastreio);
- f) registro e controle de evidências, ocorrências, não conformidades, interrupções e eventos relevantes;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



g) emissão de Laudo de Exame e Verificação (LEV), com conclusão objetiva quanto à conformidade/desconformidade do lote (ou sublote).

2.2. É vedado à Comissão:

- a) negociar condições comerciais, prazos, preços, vantagens ou quaisquer elementos típicos de relação negocial;
- b) alterar especificações, métodos, limites, critérios de aceitação ou parâmetros previstos no Termo de Referência, contrato e anexos (incluindo o PER);
- c) dispensar ensaios/etapas exigidas no PER ou “flexibilizar” exigências, salvo quando houver previsão expressa no TR/contrato, devidamente motivada e registrada;
- d) autorizar substituição de itens, amostras, componentes, acessórios ou insumos fora das condições contratuais, salvo quando expressamente prevista e formalizada;
- e) praticar atos decisórios típicos do recebimento definitivo, liquidação, pagamento ou aplicação de sanções, os quais competem às autoridades e agentes formalmente designados.

3. Designação e composição

3.1. A Comissão de Recebimento Provisório, de caráter estritamente técnico-operacional, deverá ser composta obrigatoriamente por 04 (quatro) militares estaduais, lotados na Divisão de Material Bélico (DLOG/3), observada a segregação entre coordenação/gestão e execução técnica, com a seguinte composição funcional:

- a) **Presidente:** 01 (um) representante da Chefia da Divisão e/ou da Gestão do Contrato;
- b) **Secretário:** 01 (um) integrante da Equipe Técnica ou da Gestão do Contrato designada para a confecção do ETP/TR;
- c) **Membro:** 01 (um) integrante da Equipe Técnica designada para a confecção do ETP/TR;
- d) **Membro:** 01 (um) integrante da Equipe Técnica/Oficina de Armas.

3.1.1. A presença de 01 (um) representante da Chefia/gestão do contrato se justifica para:

- a) assegurar a condução institucional do recebimento provisório, com autoridade funcional para coordenar a execução do PER, sem inovar requisitos;
- b) garantir a aderência ao TR/contrato/anexos, especialmente quanto a prazos,

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



formalidades, registros e encaminhamentos ao Fiscal/Gestor;
c) responder pela coordenação, disciplina e segurança dos trabalhos, inclusive interrupções por risco, preservando integridade do procedimento;
d) centralizar a interlocução formal com os atores administrativos (Fiscal, Gestor, setor competente), mantendo a Comissão restrita ao âmbito técnico-operacional.

3.1.2. A presença de secretário oriundo da equipe técnica/gestão do contrato se justifica para:

- a) assegurar a padronização de checklists, formulários e registros, preservando rastreabilidade por número de série;
- b) garantir a integridade documental do recebimento (atas, planilhas, relatórios, evidências), evitando lacunas formais;
- c) consolidar e organizar o dossiê técnico do lote/sublote, viabilizando auditoria e controle subsequentes;
- d) apoiar a Presidência na formalização de ocorrências, não conformidades e conclusões do Relatório de Recebimento Provisório ou equivalente.

3.1.3. A presença de membro da equipe técnica do ETP/TR se justifica para:

- a) aportar conhecimento direto sobre os requisitos técnicos mínimos e critérios de aceitação definidos no ETP/TR e anexos;
- b) executar e/ou conferir metrologia, inspeções e verificações com rigor técnico e consistência metodológica;
- c) reforçar a segregação de funções na execução de medições e validações (dupla checagem), reduzindo risco de erro material;
- d) contribuir com análise técnica das não conformidades e seu enquadramento nos critérios do TR/PER, sem discricionariedade indevida.

3.2.4. A presença de membro oriundo da Oficina de Armas/DLOG-3 se justifica para:

- a) prover expertise específica em armaria, funcionamento, manutenção e segurança, indispensável ao recebimento técnico;
- b) suportar verificações relacionadas a intercambialidade, inspeção de componentes, integridade e segurança operacional, nos limites do TR/PER;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- c) identificar sinais de inconsistência fabril e potenciais impactos na manutenção e no ciclo de vida do material;
- d) oferecer avaliação técnica especializada para subsidiar registros de ocorrência e recomendações objetivas no relatório.

4. Competências gerais da Comissão

4.1 Compete à Comissão de Recebimento Provisório, de forma geral:

4.1.1 Planejar tecnicamente o recebimento provisório e a entrega técnica por lote/sublote, com base no TR, contrato e anexos, definindo *checklists*, formulários, roteiros de registro e instrumentos de rastreabilidade, em conformidade com o PER.

4.1.2. Coordenar, com antecedência razoável, o alinhamento operacional para recebimento, incluindo local, data, horários, condições de segurança, recursos necessários e pontos de controle.

4.1.3. Verificar e registrar a conformidade das condições do local de recebimento/entrega técnica, das instalações e dos meios indispensáveis à execução dos ensaios previstos no PER.

4.1.4. Realizar o recebimento provisório de forma sumária no ato da entrega, registrando, no mínimo, a conferência de quantitativo, marca, modelo, identificação/numeração e compatibilidade com a documentação fiscal e contratual.

4.1.5. Selecionar e registrar as amostras do lote/sublote para ensaios, garantindo rastreabilidade por número de série e preservação de integridade do material e evidências.

4.1.6. Conduzir e/ou acompanhar os ensaios de recebimento previstos no PER, zelando pela segurança, integridade dos participantes, do material e pela fidelidade às condições e critérios de aceitação.

4.1.7. Auditar a coleta de dados durante inspeções e ensaios, assegurando rastreabilidade, consistência metrológica, integridade documental e reprodutibilidade de registros.

4.1.8. Registrar incidentes, não conformidades, falhas funcionais, variações, interrupções e quaisquer eventos relevantes à validação do recebimento.

4.1.9. Documentar evidências, incluindo atas, registros de medição, planilhas de

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



controle, fotografias quando pertinente, listas de séries e assinaturas.

4.1.10. Emitir Relatório de Recebimento Provisório e Entrega Técnica (ou equivalente), com conclusão objetiva e recomendação técnica quanto à conformidade ou desconformidade do lote/sublote, encaminhando-o ao Fiscal/Gestor para subsidiar o recebimento definitivo e demais providências administrativas.

5. Atribuições específicas por função

5.1. Presidente da Comissão

Compete ao Presidente:

- a) coordenar, orientar e supervisionar tecnicamente as atividades da Comissão durante o recebimento provisório e entrega técnica;
- b) assegurar o cumprimento estrito do TR/contrato/anexos e dos critérios objetivos de aceitação previstos no PER;
- c) dirimir dúvidas técnico-operacionais, sem inovar em requisitos e sem alterar critérios;
- d) determinar e fazer cumprir medidas de segurança e disciplina necessárias ao recebimento e aos ensaios;
- e) autorizar, quando cabível, pausas e reinícios operacionais, assegurando registro formal das ocorrências;
- f) assinar atas, termos, *checklists* e o Relatório de Recebimento Provisório e Entrega Técnica;
- g) representar a Comissão perante a Administração e interlocutores institucionais, mantendo atuação restrita ao aspecto técnico-operacional;
- h) indicar, dentre os membros designados, o ME mais antigo na função o Secretário da Comissão, quando não definido em ato próprio.

5.2. Secretário da Comissão

Compete ao Secretário:

- a) organizar e manter o dossiê do recebimento, com numeração, datas, responsáveis, anexos e registros técnicos;
- b) lavrar atas de instalação, execução, ocorrências e encerramento do recebimento;
- c) consolidar *checklists*, formulários de medição, registros de séries e planilhas de ocorrências;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- d) registrar, quando aplicável, controle de presença e identificação de participantes estritamente necessários;
- e) preparar minutas e versões finais do Relatório, coletando assinaturas e rubricando páginas quando necessário;
- f) providenciar o encaminhamento formal do Relatório e anexos ao Fiscal/Gestor e ao setor competente para juntada aos autos.

5.3. Membros da Comissão

Compete aos Membros:

- a) executar e/ou conferir medições, desmontagens, inspeções, verificações documentais e ensaios atribuídos pela Presidência, conforme TR e PER;
- b) acompanhar instrumentos de medição e ensaio, conferindo registros e apontando inconsistências;
- c) registrar não conformidades e ocorrências técnicas, com descrição objetiva e indicação do impacto no critério de aceitação;
- d) apoiar a coleta, preservação e organização de evidências, garantindo rastreabilidade;
- e) contribuir tecnicamente para a redação do Relatório, especialmente em tópicos de metrologia, funcionamento, segurança, rastreabilidade, acessórios e manutenção.

6. Regras de funcionamento e conduta

6.1. Quórum: as atividades de recebimento provisório e entrega técnica deverão ocorrer com a presença mínima de 03 (três) integrantes, sendo obrigatória a presença do Presidente. Em etapas críticas definidas no PER é obrigatória a presença de toda a Comissão.

6.2. Deliberação técnica: o resultado técnico será consolidado pela Comissão com base em critérios objetivos do TR e do PER. Havendo divergência, deverá ser consignada em ata a posição divergente, com justificativa técnica.

6.3. Segurança e controle de acesso: por se tratar de objeto controlado e atividade de risco, a Comissão deverá:

- a) estabelecer e fazer cumprir orientações de segurança do local;
- b) controlar áreas de acesso e permanência de terceiros;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



c) interromper atividades quando identificar condição insegura, registrando motivo e providências.

6.4. Integridade e rastreabilidade: a Comissão deverá assegurar que toda unidade amostrada e todo dado coletado permita rastreio por no mínimo número de série, e, se possível, lote e registros correspondentes.

7. Registros, evidências e produtos gerados

7.1. A Comissão deverá produzir e assinar, no mínimo:

- a) Ata de instalação do recebimento;
- b) Checklist/registro de conferência sumária e documental do lote;
- c) Registro de amostragem com identificação dos números de série;
- d) Registros de medições e verificações, conforme PER;
- e) Planilha/Registro de Incidentes e Ocorrências, com data/hora, descrição e enquadramento no critério do TR/PER;
- f) Ata de encerramento;
- g) Relatório de Recebimento Provisório e Entrega Técnica, contendo metodologia aplicada (conforme TR/PER), síntese objetiva dos resultados por ensaio/verificação, não conformidades, evidências e conclusão pela conformidade/desconformidade.

7.2. Todos os documentos e evidências devem permitir rastreabilidade, preferencialmente, identificação do lote/sublote, unidades amostradas, condições de verificação e responsáveis pelos registros.

8. Interface com a contratada

8.1. Caberá à Comissão:

- a) informar necessidades técnicas e de acesso para viabilizar a execução integral do recebimento e dos ensaios previstos;
- b) fiscalizar o cumprimento das responsabilidades da Contratada quanto a suportes, condições, recursos e ônus previstos no TR/contrato;
- c) limitar e controlar auxílios operacionais de terceiros, quando indispensáveis, desde que não comprometam segurança, integridade do procedimento e rastreabilidade;
- d) notificar formalmente, por intermédio dos canais administrativos próprios, irregularidades e necessidades de correção/substituição previstas no TR/contrato.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



8.2. A Comissão atua exclusivamente como órgão técnico-operacional da Administração para fins de recebimento provisório e entrega técnica, não substituindo os atos formais de gestão e fiscalização contratual.

9. Disposições finais

9.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão sob direção do Presidente, sempre com base no TR, contrato e anexos, vedada a criação de novos requisitos de aceitação.

9.1.1. A condução a que se refere o presente termo concerne ao rito de execução dos testes, sendo a responsabilidade pela calibração, operação dos equipamentos e validade do resultado incumbência da contratada.

9.2. Este Anexo integra o Termo de Referência e o Instrumento Convocatório para todos os fins e efeitos.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO I-I: PLANO DE ENSAIOS DE RECEBIMENTO (PER)

1. Definições e premissas

1.1. Lote de recebimento: considera-se “lote” o conjunto de até 500 (quinhentas) pistolas por item (padrão/compacta/subcompacta), referentes a ordens de fornecimento únicas ou cumulativas, conforme previsão de recebimento técnico no TR.

1.2. Referência (“golden sample”): os limites de aceitação no recebimento serão:

- (i) os mínimos/máximos do Anexo de Especificações Técnicas; e
- (ii) a linha-base metrológica (médias/valores) da amostra aprovada nos Testes de Amostra, registrada no respectivo relatório/laudo.

1.3. Critério de rejeição por segurança: qualquer não conformidade crítica (segurança, identificação, rastreabilidade, intercambialidade, funcionamento) enseja rejeição do lote e abertura de diligência técnica, resguardadas as proporções e razoabilidade.

2. Plano de amostragem

2.1. A seleção será aleatória/sistemática ao longo do lote (início–meio–fim), com registro dos números de série de todas as unidades amostradas.

Ordem	Ensaio / verificação	Percentual do lote	Mínimo por lote	Observações de aceitação
I	Conferência documental	100%	-	Inspeção total (checklist).
II	Metrologia externa (massa e dimensões críticas)	0,6%	3	Comparar com (i) TR e (ii) “golden sample”.
III	Metrologia interna(desmontagem/medição de peças-chave)	0,6%	3	Foco em constância fabril; amostra distribuída no lote.
IV	Proof firing (prova funcional não destrutiva)	0,6%	3	Parâmetros de munição, conforme TR (amostra).
V	Intercambialidade	1,2%	6	Mantém “mínimo operacional” do ensaio do TR.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



VI	Queda (segurança)	0,6%	3	Somente no 1º lote do contrato e/ou quando mudar lote de fabricação/processo; nos demais, faz-se verificação documental(laudo de amostra e identidade de modelo).
----	-------------------	------	---	---

2.2. Se o lote de recebimento possuir quantidade inferior a 500 (quinhentas) unidades, aplicar-se-ão os mesmos percentuais de amostragem previstos na tabela, respeitados os mínimos.

2.2.1. Se o lote de recebimento possuir quantidade superior a 500 (quinhentas) unidades, deverá ser fracionado em sublotes de até 500 (quinhentas) unidades, aplicando-se este Plano de Amostragem a cada sub lote.

2.2.2. Havendo sub lote remanescente com quantidade inferior a 500 (quinhentas) unidades, aplicar-se-á a regra do item 2.2.

2.3. Nos ensaios em que a amostragem mínima esteja fixada em 3 (três) unidades, considera-se que, sempre que aplicável, deverá ser selecionada 1 (uma) unidade de cada tipo/variante de arma integrante do lote (ex.: padrão, compacta e subcompacta), totalizando 3 (três) unidades.

2.3.1. Se o lote for composto por apenas 2 (dois) tipos/variantes, serão selecionadas 2 (duas) unidades, sendo 1 (uma) de cada tipo/variante. Se o lote for composto por apenas 1 (um) tipo/variante, será selecionada 1 (uma) unidade.

2.3.2. No Ensaio V (Intercambialidade), dobra-se a quantidade de unidades por tipo/variante definida nos itens 2.3 e 2.3.1,isto é, 2 (duas) unidades por tipo/variante, observando-se o quantitativo total indicado na tabela quando aplicável.

2.4. A Presidência da Comissão tem a prerrogativa de elevar o "mínimo por lote", desde que essa decisão seja fundamentada por uma justificativa clara e objetiva, a qual deverá ser formalmente registrada no relatório específico do teste.

3. Ensaios e critérios

3.1. Metrologia

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



3.1.1. O objetivo comprovar que o lote mantém o padrão dimensional/massivo aprovado na amostra e atende aos limites do TR.

3.1.2. Metrologia externa

3.1.2.1. Medir massa (com e sem carregador) e dimensões críticas (comprimentos, altura com/sem carregador, largura, comprimento do cano e capacidade de carregadores), conforme *checklist* do TR.

3.1.2.2. A aceitação será 100% das unidades amostradas dentro:

- a) dos limites do TR; e
- b) da faixa de tolerância definida com base na amostra aprovada.

3.2. Ensaio de intercambialidade

3.2.1. O objetivo é garantir 100% de intercambialidade, como já exigido no teste de amostra do TR.

3.2.2. Procedimento (referenciado ao TR):

- a) Selecionar a quantidade de pistolas do lote definida no plano de amostragem (2).
- b) Executar desmontagem, mistura de peças e remontagem aleatória conforme metodologia do TR.
- c) Realizar verificação funcional subsequente nos parâmetros já definidos no TR (condição e critérios).

3.2.3. Aceitação (crítico):

- a) 100% de intercambialidade;
- b) inexistência de montagem equivocada capaz de comprometer função/segurança (se identificado, aplica-se o tratamento previsto no TR).

3.3. Proof firing

3.3.1. O objetivo é comprovar funcionamento perfeito em condições operacionais padrão, sem reproduzir ensaio destrutivo de durabilidade.

3.3.2. Parâmetros obrigatórios:

- a) Calibre/condição/critério de desempenho e falhas: os mesmos do Teste de Amostra.
- b) Munição: a mesma especificação já prevista no TR para os testes (padrão aprovado na amostra);

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



c) Quantitativo de disparos por arma ensaiada: no recebimento, adotar-se-á quantitativo reduzido, distinto do empregado no Teste de Amostra, fixado neste Plano de Ensaios de Recebimento (PER) em 1.000 (mil) disparos por amostra, observados os critérios de desempenho e segurança do TR.

d) Exclusivamente nesse teste o quantitativo de amostras definido no plano de amostras poderá ser reduzido a uma unidade.

e) todos os registros deverão permitir rastreabilidade por número de série.

3.3.3. Aceitação (crítico):

a) Sem falhas que comprometam segurança; e

b) incidência de falhas funcionais dentro do limite de aceitabilidade já adotado no TR (por classificação “impeditiva/não impeditiva”, conforme planilha/registro de ocorrências).

3.3.4. Registro obrigatório: serial da arma, carregadores utilizados, ocorrências, inspeção pós-ensaio.

3.4. Queda

3.4.1. Regra de aplicação:

a) no primeiro lote recebido; e/ou

b) sempre que houver mudança de lote de fabricação, alteração de processo, ou indício de não conformidade;

c) nos demais lotes, substituir por verificação documental: confirmação de identidade de marca/modelo e vinculação ao laudo de queda aprovado na amostra.

3.4.2. Se aplicado fisicamente: executar estritamente conforme o TR (altura, piso, condições de arma municiada com munição de manejo/estojo com espoleta e verificação pós-quedas), e confirmar capacidade de funcionamento conforme parâmetro já previsto no TR.

3.4.3. Aceitação (crítico):

a) Ausência de marcação/percussão indevida de espoleta nas condições previstas;

b) manutenção da capacidade de funcionamento conforme critério já adotado no TR.

4. Regra de decisão do lote

4.1. Falha crítica em qualquer ensaio: rejeitar o lote (ou sublote), isolar material, lavrar relatório e instaurar diligência técnica.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- 4.2.** Falhas metrológicas pontuais: ampliar amostra. Persistindo, rejeitar lote/sub-lote e exigir substituição/correção conforme TR.
- 4.3.** Rastreabilidade/identificação/Rfid/acessórios: rejeição imediata da(s) unidade(s) e, se caracterizada recorrência, rejeição do lote.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/_____
Pregão nº ____/_____
Processo nº **2025-BJG34**
ID CidadES nº _____

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES**, inscrita no CNPJ sob o nº **27.476.373/0001-90**, com sede na **Avenida Maruípe, nº 2.111, Maruípe, Vitória-ES, CEP 29.047-475**, representada legalmente pelo seu Comandante Geral **Cel PM DOUGLAS CAUS, brasileiro, casado, Servidor Público Estadual, CPF/MF nº 946.689.497-87**, nomeado pelo DECRETO Nº 0461-S, DE 07.04.2020, publicada no DIO de 07 de Abril de 2020, portador da Matrícula Funcional nº 841009, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº., RESOLVE registrar os preços das empresas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **ARMAMENTO DE PORTE DE USO RESTRITO DA PMES: (I) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, "FULL-SIZED"; (II) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, COMPACTA; (III) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, SUBCOMPACTA**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº ____/____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
------------	---

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total
1								
2								
n								

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo I a esta Ata.

3 ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTE

3.1 O órgão gerenciador será a **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PMES**.

3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

3.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 4.1.1 identificação da ARP de interesse;
- 4.1.2 indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 4.1.3 endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 4.1.4 dados de contato do requerente;
- 4.1.5 assinatura e identificação do subscritor; e
- 4.1.6 outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- 4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Dos limites para as adesões

- 4.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA

5.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso

5.1.1 Em caso de prorrogação da vigência da ARP, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

5.1.2 Admite-se a prorrogação antecipada da ARP quando houver o esgotamento do quantitativo de, ao menos, um de seus itens, hipótese em que a prorrogação de um item implicará a prorrogação dos demais na mesma data, independentemente do quantitativo remanescente para cada item.

5.1.3 Na hipótese da prorrogação antecipada de que trata o item anterior, o novo prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada, no prazo de validade da Ata, por intermédio de instrumento próprio, conforme previsto no Edital.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4 - O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual.

5.5 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5.6 - Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei 14.133/2021.

5.7 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

5.7.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

5.7.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8 - O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.9 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.10.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.11 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.11.1 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.8 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.12 - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.12.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.13 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.14 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.15.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.15.2 - Adjudicar e firmar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.16 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4 No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos no contrato ou instrumento que o substituir;

6.1.5 No caso da repactuação, serão observados os requisitos e critérios definidos no contrato.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, exceto aqueles que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- 7.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 7.2.1 o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;
- 7.2.2 a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;
- 7.2.3 seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
- 7.3 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 7.4 Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.
- 7.5 Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:
- 7.5.1 efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e
- 7.5.2 cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.
- 7.6 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.
- 7.7 Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.
- 7.8 Excepcionalmente, na hipótese do item 7.6, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando,

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.

- 7.9 O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.
- 7.10 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.
- 8.2 O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseja.
- 8.3 O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.
- 8.4 O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.
- 8.5 Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.
- 8.6 Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1 O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:
- 9.1.1 descumprir as condições da ARP;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- 9.1.2 não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;
- 9.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 9.1.4 sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.
- 9.2 Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.3 O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.
- 9.4 Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:
- 9.4.1 por razões de interesse público; ou
- 9.4.2 a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10 DAS PENALIDADES

- 10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e no contrato.
- 10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito à execução dos contratos celebrados por órgão ou entidade participante ou aderente, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante ou aderente a aplicação da penalidade.
- 10.3 O órgão ou entidade participante ou aderente deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas neste item, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



- 11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12 DO FORO

- 12.1 Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 12.2 Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).

Local, ____ de _____ de _____ (preencher).

Nome do Órgão Gerenciador
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

2º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

3º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

4º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original, dentro do valor estimado:

5º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

6º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

7º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO “IV” – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Pregão nº ____/_____
Processo nº **2025-BJG34**
ID CiudadES nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR
INTERMÉDIO DA **POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES** E A
EMPRESA _____

PARA A **AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO DE
PORTE DE USO RESTRITO DA PMES: (I)
PISTOLA, CAL. 9X19 MM, "FULL-SIZED"; (II)
PISTOLA, CAL. 9X19 MM, COMPACTA; (III)
PISTOLA, CAL. 9X19 MM, SUBCOMPACTA.**

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES**, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº **27.476.373/0001-90**, com sede na **Avenida Maruípe, nº 2.111, Maruípe, Vitória-ES, CEP 29.047-475**, representada legalmente pelo seu **Cel PM DOUGLAS CAUS, brasileiro, casado, Servidor Público Estadual, CPF/MF nº 946.689.497-87**, nomeado pelo DECRETO Nº 0461-S, DE 07.04.2020, publicada no DIO de 07 de Abril de 2020, portador da Matrícula Funcional nº 841009 e a Empresa (**nome completo**), doravante denominada CONTRATADA, com sede (**endereço completo**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher) neste ato representado(a) por (**nome e função no contratado**), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente **CONTRATO de AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO DE PORTE DE USO RESTRITO DA PMES: (I) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, "FULL-SIZED"; (II) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, COMPACTA; (III) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, SUBCOMPACTA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO DE PORTE DE USO RESTRITO DA PMES: (I) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, "FULL-SIZED"; (II) PISTOLA, CAL. 9X19 MM, COMPACTA; (III) PISTOLA, CAL.**

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



9X19 MM, SUBCOMPACTA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1 - O valor total da contratação é de R\$ ____ (_____).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (impostos etc.), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, cujo termo inicial será **09/2025**.

2.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$VR = \frac{V(I-I^0)}{I^0} \quad \text{onde:}$$

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I⁰ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente ao mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



2.8 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

2.10 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

2.11 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021.

2.12 - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

2.13 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

4.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

4.2.1 - A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

5.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: _____ (preencher);
Fonte de Recursos: _____ (preencher);
Programa de Trabalho: _____ (preencher);
Elemento de Despesa: _____ (preencher);
Plano Interno: _____ (preencher).

5.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - Compete à Contratada:

8.1.1 - 8.1.1 - Cumprir todas as obrigações, as condições e os prazos relativos a entrega do(s) produto(s) adquirido(s) e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

8.1.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

8.1.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021;

8.1.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia e/ou vigência, conforme definido no Termo de Referência.

8.2 - Compete à Contratante:

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



8.2.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

8.2.2 - definir o local para entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução dos serviços contratados, conforme definido no Termo de Referência;

8.2.3 - designar servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

8.2.4 - Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou reclamações relacionadas à execução dos contratos no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.5 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.6 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021, mediante manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado ou em conformidade com norma editada pela Procuradoria que dispense a análise jurídica.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

(a) der causa à inexecução parcial do contrato;

(b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

(c) der causa à inexecução total do contrato;

(d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

(e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

(f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Polícia Militar, herói protetor da sociedade”



(g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

(h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

10.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

10.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

10.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

10.2.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

10.2.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1;

10.2.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b” a “h” do subitem 10.1.

10.3 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

10.4 - Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

10.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



10.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (b) as peculiaridades do caso concreto;
- (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- (d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

10.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

10.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

10.9.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

10.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

10.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

10.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

10.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

10.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

10.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

10.14 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

10.14.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

10.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

11.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policia Militar, herói protetor da sociedade”



11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo gestor e pelo fiscal designados pela autoridade competente do órgão ou entidade, os quais representarão a Administração e confirmarão o recebimento do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato. Sem esse recebimento, não será permitido qualquer pagamento.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

15.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher no momento de assinatura do contrato, com nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
POLÍCIA MILITAR
SETOR DE LICITAÇÕES
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



15.2 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2 - Na ausência de prazo previamente estabelecido para o cumprimento de determinações emitidas pelo Contratante, será aplicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência formal da determinação pela Contratada. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do Contratante, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela Contratada.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Local, ____ de _____ de _____ (preencher).

Nome da Contratante
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: licitacoes.cpl@pm.es.gov.br

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PAULO SERGIO ROCHA GOMES

MEMBRO (COMISSÃO PARA DESIGNAR AGENTES DE CONTRATAÇÃO E EQUIPES DE APOIO)

PM-ES - PMES - GOVES

assinado em 20/02/2026 11:10:26 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/02/2026 11:10:26 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por GABRIELA CALLEGARI CARNEIRO (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - PMACGDIVASSUNADMIN - PMES - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-QVL3DW>